



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ANNA CAROLINA MONTEIRO VIEIRA DA SILVA

**A SAÚDE MENTAL DOS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO:  
UM ESTUDO DE CASO da UFRJ**

Rio de Janeiro  
Abril de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ANNA CAROLINA MONTEIRO VIEIRA DA SILVA

**A SAÚDE MENTAL DOS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO:  
UM ESTUDO DE CASO da UFRJ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Alzira Bernardes Mitz Guarany.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus pela minha vida e por ter se feito presente em todos os momentos da minha jornada, pois sem ele eu nada seria. Por ter me guiado com discernimento, me abençoado, permitisse que tivesse saúde, ter me dado forças ao longo dos obstáculos enfrentados e que fez com que meus objetivos fossem alcançados, ao longo de todos esses anos de estudos.

Agradeço a minha família, principalmente a minha mãe Tatiana que desde sempre me deu apoio na minha escolha de curso, me deu suporte e a base necessária para que mais essa conquista se concretizasse. Ela que me deu forças dia e noite para seguir em frente em busca do meu objetivo, que segurou minhas lágrimas e desesperos nos momentos mais críticos. A minha avó Fátima que me deu apoio incondicional e a minha tia Tayná por ser a minha inspiração.

Aos meus amigos, que demonstraram apoio durante o período em que me dediquei a esse trabalho. As minhas amizades feitas na faculdade, laços que fortaleceram uma jornada, bastante árdua, com mais leveza pela parceria da Carmen, Marcus, Ísis e Jeanne que me auxiliaram também nesse momento complicado e de muita dedicação para a elaboração desse trabalho.

A professora Alzira por quem desenvolvi uma amizade muito grande ao longo da graduação, além de ter aceitado o meu convite para ser a minha orientadora, quem agregou muito em minha formação. A professora Gabriela pelo apoio e parceria durante as monitorias e aulas ministradas. A professora Fernanda pelo acolhimento nas supervisões acadêmicas, quem me ensinou muito com debate sobre a prática profissional.

Aos demais professores que se fizeram presente na minha caminhada na Escola de Serviço Social, aos funcionários e técnicos da unidade que sem eles nada funcionaria dia após dia, apesar dos obstáculos diários.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a minha mãe Tatiana por todo o apoio, força, por nunca ter medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade, trabalhando diariamente para que isso fosse possível. A minha avó Fátima que sempre sonhou em cursar Serviço Social e foi a minha fonte de inspiração para tal escolha e sempre foi o meu exemplo. Além de toda a cumplicidade nos momentos mais difíceis.

Dedico também aos meus avós Josino e Albano, que não mais estão presentes, que sempre fizeram tudo por mim e que sei que estão orgulhosos e olhando por mim. E, por fim, e não menos importante, ao meu primo Marcus Vinicius que, tão novo nos deixou, mas que carrego em meu coração e o dedico como homenagem.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão se deu a partir da inserção em um Projeto de Pesquisa que se propôs a investigar a saúde mental dos discentes da UFRJ, de forma a poder contribuir com o aprimoramento das políticas de assistência estudantil e fortalecer as ações do movimento estudantil referentes à saúde mental dos discentes. Foi uma investigação baseada na autodeclaração; como instrumentos metodológicos, realizamos uma pesquisa de campo via formulário *Google Forms*, tivemos ainda pesquisa bibliográfica e análise dos achados tendo como base a teoria social crítica materialista histórico-dialética, como forma de buscar compreender a complexidade do objeto. Entendemos que a saúde mental, para além da dimensão individual e familiar, comparecem ainda outros fatores como os econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. Entre os dados obtidos, tivemos os que apontam que 51% dos respondentes declararam estar com sua saúde mental ruim, todavia, desses, 88% já haviam apresentado algum tipo de transtorno psíquico ainda no ensino médio, o que mostra que a saúde mental e o sofrimento psíquico não estão circunscritos à Universidade, apesar de poder piorá-la, mas são fatores que estão postos na sociabilidade burguesa na sociedade capitalista.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1. A SOCIABILIDADE BURGUESA E A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL .....	10
CAPÍTULO 2. A SAÚDE MENTAL DOS JOVENS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL.....	16
CAPÍTULO 3. EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	24
CAPÍTULO 4. A SAÚDE MENTAL DOS JOVENS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E O SERVIÇO SOCIAL .....	34
4.1 A PESQUISA E A METODOLOGIA .....	34
4.2 A SAÚDE MENTAL DOS JOVENS DISCENTES DA UFRJ – ANÁLISE DOS DADOS.....	36
4.3 CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL A ESSE QUADRO.....	51
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	55

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de minha inserção no Laboratório de Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade (LEPPTraS). Iniciei a minha jornada no LEPPTraS em 2019 como aluna pesquisadora, no campo da Saúde Mental do corpo docente da UFRJ e fazendo parte de ações do grupo de extensão sobre assédio moral. No mesmo ano, realizamos uma atividade de assessoria no Colégio Estadual Antônio Prado Júnior em função do suicídio de uma das alunas do ensino médio, momento no qual nos fez perceber que os jovens já apresentavam sofrimento psíquico e adoecimento mental ainda no ensino médio inclusive pelos relatos de alunos que fazem uso de ansiolíticos desde cedo.

Diante desse cenário, a profa. Dra. Alzira Guarany, coordenadora do LEPPTraS, submeteu e teve aprovado o Projeto de Pesquisa intitulado “A Saúde Mental dos Jovens Discentes do Ensino Superior Público Brasileiro”, com o objetivo de levantar, a partir de autodeclaração, como estava a saúde mental dos jovens discentes do ensino superior, pois percebemos que os estudantes já poderiam estar chegando à Universidade com sua saúde mental deteriorada, em função da sociabilidade burguesa e dos valores próprios do capitalismo.

Por já ter interesse sobre no assunto, me inseri nessa pesquisa como aluna bolsista PIBIC/UFRJ, sendo esse Trabalho de Conclusão de Curso, resultado da minha participação nesse projeto, entre os anos de 2021 e 2022, me dedicando aos dados referentes aos discentes do ensino superior da UFRJ.

O presente trabalho tem como foco realizar um estudo de caso sobre a saúde mental de jovens discentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ. Partimos do entendimento da complexidade da temática, de que não é a Universidade que provoca o adoecimento mental ou sofrimento psíquico nos alunos, nem sua fragilidade individual ou familiar, mas que a sociabilidade burguesa com seus valores tem grande responsabilidade, todavia a instituição pode intensificar esse processo.

Assim, segundo a OMS (2013)

Os determinantes da saúde mental e dos transtornos mentais incluem não apenas características individuais, como a capacidade de gerenciar nossos pensamentos, emoções, comportamentos e interações com os outros, mas também fatores sociais, culturais,

econômicos, políticos e ambientais, como políticas nacionais, proteção social, padrão de vida, condições de trabalho ou apoio social comunitário. A exposição às adversidades desde cedo é um fator de risco evitável bem estabelecido para transtornos mentais.

A saúde é um conceito que está para além da ausência de doenças e enfermidades, e é nesse sentido no qual a saúde mental se insere já que a mesma está incutida na concepção de saúde como de forma integral. Segundo a OMS (2013)

A saúde mental, como outros aspectos da saúde, pode ser afetada por uma série de fatores socioeconômicos que precisam ser abordados através de estratégias abrangentes de advocacia, prevenção, tratamento e recuperação que envolva todo o governo. (OMS, 2013, p. 7).

Nesse sentido, a saúde mental é um caso a ser debatido por toda a comunidade acadêmica, tendo em vista que fatores sociais, econômicos e culturais impactam diretamente o estado de bem-estar dos alunos. A OMS (2018) aponta em seu Relatório que o Brasil é o país mais ansioso do mundo e o quinto mais depressivo. No que diz respeito aos jovens, pessoas entre 15 e 29 anos, o suicídio é hoje a segunda maior causa de morte, tendo aumentado em 60% a ocorrência de casos nos últimos 40 anos (GUARANY, 2020), demonstrando a gravidade do tema, principalmente na realidade dos jovens brasileiros.

A pesquisa teve como objetivo geral “Investigar a saúde mental dos discentes da UFRJ”. Acreditamos ser uma temática de grande relevância, pois temos assistido crescer os indicadores de adoecimento na sociedade em geral, e nos jovens em particular.

Desta forma, o faremos em quatro capítulos: o primeiro Capítulo traz um breve resgate da Formação do ser social e a sociabilidade burguesa; o segundo Capítulo aborda a Saúde mental dos jovens no capitalismo neoliberal; o terceiro fala acerca do Ensino superior público brasileiro; o quarto e último Capítulo onde nós apresentamos a metodologia utilizada, a análise dos dados onde contém a pesquisa realizada e quais as contribuições do serviço social para esse quadro.



## CAPÍTULO 1. A SOCIABILIDADE BURGUESA E A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL

O surgimento da sociedade capitalista ocorre superando um regime societário anterior em que não havia mobilidade social já que o *status social* era hereditário. Ao contrário, essa nova emergência societária traz consigo a defesa de valores tais como a liberdade, igualdade. Mas, na verdade, com o passar do tempo estes não se concretizam.

Isso ocorre porque se mostram com caráter mais, ou até mesmo completamente, abstrato do que concreto. E mais, é a sociabilidade burguesa que engendra essa perspectiva e ao mesmo tempo se volta em esconder essa abstração de forma a vir consolidar e manter o consenso através do estímulo da individualização e não da coletivização- já que esta acarreta um processo de consciência de que o trabalho é uma atividade exploradora, em que as pessoas são em sua realidade exploradas e enganadas-. Ou seja, se forja enquanto sociabilidade justamente para encobrir essa consciência da abstração desses valores que vai ser permeada por complexos sociais<sup>1</sup>, em que a educação e a família são parte desses porque são nessas configurações em que há o início da formação deste ser social.

Então essa sociabilidade irá se pautar no discurso em que diz que as pessoas são livres, que podem enriquecer quando quiserem. Porém, esse processo de ideologia se constitui enquanto encobrimento da verdade forjando essa sociabilidade, a partir da desigualdade que produz, da necessidade de manter a exploração, de formar novos trabalhadores e manter o consenso.

MARX (2011), um teórico que buscou entender a sociedade moderna, a forma como ela se organizava e como se sustentava, econômica e socialmente, apontou o trabalho como central e ontológico sendo fruto da necessidade de atender às necessidades materiais básicas de homens e mulheres, na sociedade burguesa moderna. Ele é central porque é uma fonte de riqueza que é gerada através da apropriação de mais-valia tanto relativa quanto absoluta em que é

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, complexo social é considerado aqui como um conjunto de relações sociais que se diferenciam de outras relações sociais pela função social que desempenha sobre o processo de reprodução, tais como o trabalho, a ideologia, a ciência, arte, como aponta Lessa, in Guarany (2014).

oriundo de um processo coletivo sendo que toda a riqueza gerada não tem como objetivo suprir as suas necessidades tendo em vista que o trabalho é realizado sob condições de apropriação privada de mais-valia. Também é ontológico porque é fundante da ontologia do ser social demarcando a distinção entre o homem e os demais animais e sua própria transformação. Conforme Lucáks:

“No trabalho estão contidas todas as determinações que constituem a essência do novo dentro do ser social. O trabalho pode ser considerado, pois, como fenômeno originário, como modelo do ser social. [...] enquanto ser biológico, o ser humano é um produto da evolução natural. Com sua auto-realização, que, naturalmente, também nele mesmo pode significar um retrocesso dos limites naturais, mas nunca o desaparecimento, a plena superação desses limites, o ser humano ingressa num novo ser e por ele mesmo fundado: o ser social” (LUKÁCS, 2004, p. 102).

Ademais, o trabalho também se constitui enquanto criador de novas necessidades ao passo em que são realizadas ações para satisfazer as demandas e há a elaboração de novos instrumentos a sua finalidade. O que, dessa forma, o compreende como um ato histórico. De acordo com a perspectiva de MARX (2011), o trabalho é compreendido enquanto uma intencionalidade que se apresenta capaz de se transformar em ação tendo por objetivo uma finalidade, através do uso da força de trabalho.

“O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.” (MARX, 2011 p.188).

O trabalho, criatividade humana objetivada, é ainda responsável pelo desenvolvimento da inteligência humana e das forças produtivas, conforme citação de Heráclito em Saudelli (2011) ao apontar que não se pode mergulhar no mesmo rio duas vezes, já que as águas serão outras e o próprio ser já se modificou, reafirma o entendimento de que toda objetivação produz uma nova situação tendo em vista que a realidade é dinâmica e se transforma e o mesmo ocorre com o indivíduo.

Nesse processo há um novo aprendizado de uma ação enquanto produção de algo, adquirindo sempre novos conhecimentos, habilidades para

aprimorar suas técnicas, idealizações, relações sociais, de forma a satisfazer as suas necessidades, além das já existentes. A sociedade não é apenas composta pelos indivíduos, mas permeia as relações sociais nela existentes. Já que o caráter social do trabalho está pautado nas relações entre homens e mulheres, que incorporam as suas vivências pessoais e toda a sua historicidade precedente.

Através do trabalho o sujeito se sustenta, inventa e reinventa, obtendo como resultado desse processo a realização do próprio ser, em que o trabalho é produção objetiva e subjetiva, de coisas materiais e de subjetividade humana (IAMAMOTO, 2014). Assim, é nele que o homem se constitui enquanto ser social, que se relaciona em sociedade, fazendo história, cultura, construindo valores, costumes e ainda constituindo sua subjetividade, tudo isto pautado no modo de produção, neste caso o capitalista. Essa autocriação do indivíduo, o seu caráter social, é um produto histórico que está em constantes mudanças que não apenas está inserido na sociedade e é fruto dela, mas que também é o seu criador.

Nesse sentido, é importante a análise da diversidade da forma capitalista de se produzir e reproduzir no capitalismo financeiro e como essa organização da produção reflete e impacta na vida e saúde dos indivíduos. Diante da demanda do trabalho se perenizar ao garantir essa ação, o modo de produção esboça um perfil de trabalhador que impacta não somente este, mas crianças e jovens que estão nesse ciclo de formação. Ou seja, o capitalismo forja não só o trabalhador nos ambientes laborais, mas também suas famílias e outros complexos sociais, para que os futuros trabalhadores estejam em conformidade com suas necessidades.

No estágio neoliberal da sociedade se faz latente a individualização do sujeito, competição e, tendo como novidade a flexibilização, que pautam a sua sociabilidade abrangendo não somente os trabalhadores que já se inserem, mas também os que estão sendo preparados para essa engrenagem. Dessa forma a sociabilidade forja os jovens e adolescentes ao moldar o processo de formação desses futuros sujeitos trabalhadores. A individualidade se apresenta como um instrumento de coerção da força de trabalho pelos moldes capitalistas, em que há a intenção de ruptura com a ideia de coletivo, identidade da classe pertencente à determinada categoria. O que acaba por acarretar a dissolução da

força dos sindicatos, movimentos sociais pela busca de melhores condições de trabalho e o reconhecimento do outro enquanto igual ao mesmo. Valores burgueses como a competição, a individualização, a mobilidade social e a meritocracia são naturalizados e inculcados por meio da família, cultura e educação engendrando já o jovem e futuro trabalhador.

As crises cíclicas promovem mudanças na composição do capitalismo, mas a que o abalou no final dos anos 60 nos países capitalistas centrais e no final dos anos 80 no Brasil traz elementos que fazem uma alteração estrutural em que inaugura o neoliberalismo e impõe a flexibilização dos processos. Para tanto era importante ainda enfraquecer as forças opositoras do projeto hegemônico. Como aponta Alves (2000), apoiado na revolução informacional e tecnológica, demonstra o caráter do capital em promover a troca do trabalho vivo pelo trabalho morto, estabelecendo o desemprego estrutural e abalando seu principal opositor, os movimentos organizados dos trabalhadores. Além disso, no tocante aos processos de trabalho e aqueles que permanecem no mercado, as suas funções estão agora mais tecnologizadas, mais intensificadas e flexibilizadas o que resulta na perda da coletividade e tomada de consciência enquanto trabalho explorado o que estimula a competição entre homens e mulheres.

Aliada à competitividade no ambiente de trabalho e nas relações sociais, há o estímulo e acirramento da concorrência entre os indivíduos, que passam a disputar os espaços entendendo o próximo como seu inimigo. Para convencer quem permanece, há a captura da subjetividade, logo, há um avanço na subsunção do trabalho vivo pelo trabalho morto que, além de conduzir o ritmo de trabalho, obriga o trabalhador a se submeter aos ditames do capital para manter seu emprego, já que não há espaço para todos. Dessa forma, cria-se uma população às margens desse processo produtivo, passando a conformar o exército industrial de reserva, categoria formulada por Marx:

“A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.” (MARX, 2011, p. 462).

A flexibilidade é uma necessidade do capitalismo, como aponta Guarany (2016), citando Alves (2000), algo intrínseco à produção capitalista,

revolucionando de modo constante as condições de produção. No entanto, enquanto a flexibilização é vendida como sinônimo de liberdade e autonomia do trabalhador, na verdade a sua prática é o oposto a essa ideia, pois o que há é a disponibilidade 24 horas do trabalhador, o que mudou foi a sua forma e junto com ela o perfil do trabalhador requerido, já que nos ambientes de trabalho passou a imperar cada vez mais a flexibilização segundo Guarany (2016) e como são essas determinações.

Também, carrega consigo o caráter flexível de contratos e direitos, juntamente a uma maior precarização das suas condições. Assim, horários flexibilizados podem significar o cumprimento de horas ainda mais extenuantes, em uma sociedade em que o trabalho intelectual abstrato ganha espaço e, o setor de serviço terceirizado está cada vez mais em alta. Dessa forma se faz presente a extensificação do trabalho em que não há o respeito do horário do expediente, já que a relação patrão-funcionário passa a ser realizada por meios tecnológicos em qualquer horário e dia. Assim é sucumbida a distinção entre expediente e lazer, já que o trabalho é levado para além do espaço institucional e ganha composição pelo *home office*. Então é por meio do convencimento aos jovens desde a sua família até a sua formação de que é maravilhoso você ter essa liberdade, mas que em verdade está é apenas um valor abstrato, a pseudoliberalidade.

Chegamos às primeiras décadas do século XXI com o que alguns autores chamam de ultra neoliberalismo, no qual as políticas demarcam um retrocesso generalizado em conquistas históricas dos movimentos sociais em geral, e os organizados dos trabalhadores em particular. A precarização se torna pedra de toque das relações trabalhistas, produzindo um contingente de pessoas em condições de trabalhos precários e desprotegidos. Mas apesar dessas condicionalidades, o indivíduo se submete a esses moldes movidos pela reprodução da vida através da venda da sua força de trabalho a fim de garantir a saciedade das demandas de suas necessidades com a obtenção do salário que, em tempos de excedente da mão de obra trabalhadora, tem tornado cada vez mais difícil essa inserção no mercado. Em que de acordo com Antunes (2009) é a partir da forma como esse jovem está sendo desenvolvido nas famílias, está cada vez mais impedindo esse processo de conscientização, da coletivização e até mesmo de empatia.

A sociabilidade burguesa é forjada em uma relação entre o sujeito que é capaz de reagir e produzir outra história, e o capital, que elabora estratégias para que haja dificuldades no processo de tomada de consciência do indivíduo. Isso ocorre através da captação da subjetividade tanto do trabalhador como do futuro trabalhador, os jovens. Diante disso, o capital utiliza seus aparelhos ideológicos como forma a impor a crença de que nada pode ser feito a não ser seguir os ditames do capital, que este é o momento final não havendo possibilidade e espaço para a conscientização, criatividade, ou qualquer capacidade de transformação da realidade posta na história desse sujeito.

Portanto, com a subsunção da subjetividade, jovens e adolescentes tem a sua capacidade de criação embotada em seu processo de formação, sendo convencidos de que podem somente atuar diante do que lhe são demandados, com uma limitada possibilidade de se inventarem e reinventarem formas diferentes do que lhe é apresentado. A educação, o grupo familiar, a cultura passam mensagens antagônicas e controversas entre si. Afirmam a importância da educação, mas a grande maioria da população não tem acesso a uma formação de qualidade. Colocam a importância da saúde, mas desmontam o sistema que garante o acesso universal e gratuito. Estimulam o compartilhamento, mas seus processos implicam a competição. Abordam a importância em cuidar-se, mas não dão espaços para o “ócio” e para o descanso. Açoam o consumo consciente, mas são todos instados em consumir o tempo todo já que se precisa vender a produção.

A sociabilidade não é determinante, mas ela está presente em algumas questões que esses jovens irão apresentar em que estas incongruências deixam marcas na saúde do indivíduo, mas especialmente na saúde mental e na formação do futuro trabalhador, que em seu processo de desenvolvimento precisa de alguma estabilidade e referências. Em que esta não quer o compartilhar, a coletivização, não ensina a dialogar, compartilhar e conversar. Com isso, o único resultado possível é a produção, reprodução, aprofundamento e intensificação do sofrimento psíquico e transtornos mentais e físicos tendo em vista que a sociabilidade burguesa está na raiz desse adoecimento.

## **CAPÍTULO 2. A SAÚDE MENTAL DOS JOVENS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL**

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), entende-se a saúde mental não como ausência de doença ou enfermidade, mas como um estado de completo bem-estar físico, social e mental, estando atrelada a forma como o indivíduo lida com as mudanças da vida, com os desafios e as exigências, bem como alinha suas ideias e emoções. Ou seja, é um estado de bem-estar em que a pessoa é capaz de contornar o estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com na sociedade.

Todavia, pensar a saúde mental simplesmente como ausência de doença, circunscrevendo-a à dimensão individual, à forma como cada um lida com suas emoções, é limitar a abordagem e culpabilizar quem sofre transtorno. Essa definição não leva em consideração elementos outros como o desemprego ou a insegurança que ronda os ambientes de trabalho, a violência no conjunto da sociedade, a falta de acesso à moradia, a discriminação social, e/ou racial, e/ou por gênero, e/ou por orientação sexual, e/ou por credo, a precarização das redes de segurança social e dos serviços de saúde, a exclusão social, as condições de vida, lazer, educação, pobreza entre outros elementos que são determinantes sociais, que afetam e estão presentes na vida de homens e mulheres e podem estar implicados diretamente na deterioração da saúde mental.

Saúde mental diz respeito à esfera subjetiva do indivíduo, contudo esta dimensão se forja também nas questões materiais tecidas na sociedade moderna capitalista, na qual ocorre um processo de desumanização crescente,

[...] nos locais de trabalho, operários e empregados convivem com o medo e a ansiedade diante das pressões pelo cumprimento de metas de produção e resultados. Eles introjetam em si e para si o senso de responsabilidade estranhado com metas humanamente impossíveis de serem cumpridas. Quando não atingem os resultados estranhados previamente ideados, sentem-se culpados e sofrem. (ALVES, 2013 p.31)

Como também aponta Sennett (2021):

[...] seu receio de perder o controle ia muito mais fundo que a preocupação com a perda de poder no trabalho. Ele temia que as medidas que precisava tomar e a maneira como tinha de viver para sobreviver na economia moderna houvessem posto na sua vida emocional, interior, à deriva” (SENNETT, 2021 p.19)

Os números da OMS (2018) apontam que os países com maiores indicadores de desigualdade, são aqueles que possuem maior quantitativo de população com transtornos mentais (GUARANY, 2020).

Desde sua assunção, a partir da primeira revolução industrial, o capitalismo vem, de crise em crise, buscando se perenizar. No maior abalo estrutural sofrido, desde 1929, sentido e enfrentado primeiro nos países capitalistas centrais, no final dos anos 60, e no Brasil, no final dos anos 80, as estratégias de enfrentamento promoveram mudanças socioeconômicas estruturais.

Optou-se pela saída neoliberal que promoveu a financeirização da economia e a reestruturação produtiva. Esta última se fez acompanhar da retirada do estado no atendimento das demandas sociais, o ataque à esfera do trabalho e ao aparato jurídico formal de proteção aos trabalhadores. O neoliberalismo se caracteriza, principalmente, pela luta contra o estado intervencionista, a derrubada dos limites para o capital como forma de enfrentar a crise e retomar as taxas de lucro anteriores, tendo como centralidade a defesa do livre mercado que consiste na oposição aos limites que são impostos ao mesmo.

Com a falácia de que a intervenção estatal impossibilita a liberdade de escolha na sociedade, é compreendido que o Estado mínimo se porte enquanto alternativa que assegura a democracia social.

Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. (ANDERSON, 1995, p., 56)

Além disso, traz consigo a política de privatização de empresas e serviços estatais em todos os setores da economia nacional em que os serviços que antes eram públicos passam a ser designados ao setor privado e a desregulamentação do sistema financeiro. A defesa dos princípios econômicos do capitalismo é evidente diante da redução dos encargos e direitos sociais como um todo e também pela ênfase na globalização através da abertura econômica às empresas multinacionais. Como aponta Ianni (1998)

Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas. Realizam-se a



desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. (IANNI, 1998, P.28)

No Brasil, o neoliberalismo começa a adentrar no final dos anos 80, sendo 1989 no governo de Fernando Collor de Mello, sua adoção formal, com programas de privatização, execução de reformas econômicas e políticas sociais focalizadas. Segundo Filgueiras (2003),

[...] o Governo Collor de Mello, foi o último país da América Latina a aderir e implementar o projeto político-econômico neoliberal, sistematizado doutrinariamente em 1989, de forma inequívoca, pelo chamado Consenso de Washington". (FILGUEIRAS, 2003, p. 1).

Processo que se consolida nas décadas de 1990 e 2000 nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e nos posteriores, com a intensificação das ações já existentes aliadas ao aprofundamento da reforma da estrutura do estado, com a adoção do gerencialismo. No entanto, essa nova configuração política, econômica e social no Brasil mostra a hegemonia do poder da classe constituída por uma pequena e restrita elite financeira que exerce sua dominação diante da sociedade o que intensifica ainda mais a desigualdade social. Assim, Holanda (2001) diz que

[...] o neoliberalismo não se constitui num Projeto de emancipação humana; onde ele não chega como advento e surpresa de algo novo, chega com a perniciosidade de uma caixa de pandora". (HOLANDA, 2001, p. 79-80).

Nesse sentido, o neoliberalismo, entre outras consequências nefastas, alavanca o desemprego estrutural, e promove uma significativa redução salarial devido à instabilidade econômica, estimula a perda do protagonismo do movimento sindical, tendo ainda como resultado a precarização dos contratos e condições de trabalho. Além disso, há o corte de verbas em políticas sociais como da assistência social, da saúde, da educação, entre outras, o que só aprofunda a desigualdade social.

Diante dessa precariedade, jovens e crianças vão se tornando cada vez mais vulneráveis em todas as esferas da vida, seja ela a individual, a social ou a grupal.

A loucura do trabalho se inverte no trabalho da loucura, que atinge não apenas os operários e empregados, mas, inclusive, jovens, crianças e adolescentes nas escolas e universidades, onde, desde a tenra idade, estão imersos na socialização do *management by stress*. (OP CIT, 2013, p.31).

No período de 2005 a 2015 o número de pessoas acometidas pela depressão aumentou em 18% de acordo com o relatório da OMS (2017). Segundo esses dados, a depressão afeta 5,8% da população brasileira, algo em torno de 11.548.577 pessoas, número esse que ultrapassa a média mundial, que hoje está em 4,6%, o que coloca o Brasil como o país mais depressivo e ansioso da América Latina (OMS 2018) e o quinto mais ansioso do mundo, demonstrando a gravidade da situação.

Se mirarmos a parcela da população mais jovem do mundo, a OMS (2018) afirma que o suicídio é hoje a segunda maior causa de morte entre aqueles que estão entre 15 e 29 anos, e que nos últimos 40 anos houve um aumento de 60% dos casos (GUARANY, 2020).

Diante de um cenário marcado pelo encolhimento do Estado no atendimento às demandas sociais, de precarização das políticas sociais, de derruição da proteção ao trabalho e do desemprego estrutural, jovens são igualmente afetados. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o desemprego no segundo trimestre de 2021 acometeu 14,4 milhões de brasileiros, consolidando uma taxa de desemprego de 14,1% que corresponde às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho e, 5,6 milhões correspondem aos brasileiros desalentados que são pessoas que não estão trabalhando e que, embora queiram trabalhar, desistiram de procurar vagas, pois não acreditam que vão encontrar emprego (IBGE, 2021).

Já há um grande contingente de exército industrial de reserva, parcela estrutural, que segundo Marx (2011) é um contingente supérfluo de trabalhadores que excede as necessidades médias da expansão do capital, sendo assim para quem as oportunidades são escassas. O atual cenário piora e engrossa esse contingente, o que leva esses, especialmente os jovens a se inclinar às condições precárias e degradantes impostas pelo mercado de trabalho.

Diante da globalização e financeirização do capital, o mercado se destaca pela flexibilização com colocações marcadas pelo trabalho autônomo, precarização, superexploração da mão de obra do trabalhador em larga escala,

altas horas de trabalho, ausência de proteção social e trabalhista, instabilidade e subsalário.

Associa-se a este cenário o acirramento da competitividade, pois entre os valores caros ao capitalismo está a meritocracia<sup>2</sup> e o darwinismo social<sup>3</sup>. Neste sentido, o próximo será um competidor em potencial a concorrer à vaga, contribuindo para o aumento do sofrimento psíquico diante da intensificação da ansiedade, do estresse causado pela pressão social, que recebe ainda reforço da coação advindo das redes sociais, nas quais estão implícitos a obrigação em se “obter” sucesso e felicidade sempre. Todo esse panorama caba por fragilizar ainda mais a saúde mental dos jovens, pessoas ainda em formação, levando muitos à depressão e outros transtornos psíquicos.

[...] o valor do “sucesso” tende a sobredeterminar outro valor caríssimo a todos nós: a felicidade. Desse modo: ser feliz é ter sucesso. [...] Na ordem burguesa hipertardia, ter sucesso é ter dinheiro, cuja posse abre as portas para outros valores cultuados na sociedade produtora de mercadoria, como o consumo e a beleza. Entretanto, são inúmeros os casos em que o sucesso pessoal é expressão de fracasso humano. A literatura e o cinema mostram à exaustão narrativas do preço desumano do sucesso. Em nome do sucesso sacrificou-se a vida. (ALVES, 2013, p.36)

Por outro lado, quando esses jovens conseguem colocação no mercado, são submetidos, em sua maioria, à precariedade que os postos de trabalho têm enfrentado diante da ofensiva neoliberal. Ficam expostos ao trabalho informal, a

---

<sup>2</sup> O termo tem origem do latim *mereo* ('ser digno, merecer') e do grego antigo *krátos* ('força, poder'), mas o sociólogo inglês Michael Young na obra *The Rise of the Meritocracy*, publicado em 1958, fala em principio a seleção por mérito, que consiste na ascensão através de méritos próprios individuais de cada pessoa diante de seus esforços e dedicações. No entanto o termo é mais complexo, tendo diversas abordagens de acordo com o período histórico e cada sociedade. (YOUNG, 1967)

<sup>3</sup> O naturalista Charles Darwin, em sua obra intitulada “A origem das espécies”, busca a compreensão acerca da transformação das espécies ao longo do tempo, criando a teoria da seleção natural que consiste na tese de que todas as mudanças nas espécies são realizadas pela escolha da natureza em que essas variações poderiam ser herdadas como forma de beneficiar o organismo. Segundo Darwin (1875), essa seleção ocorreria diante do processo da Luta pela sobrevivência, sendo ela a capacidade de um indivíduo conseguir garantir a sua sobrevivência e por assim deixar herdeiros da espécie e sua reprodução. Ocorrendo pela competição entre os seres de forma a disputar os recursos naturais disponíveis, em que Darwin (1875) aponta o êxito a aqueles que possuem vantagens naturais, para manter o equilíbrio entre si e o ambiente. O Darwinismo Social é entendido como o conjunto de ideias elaborados pelos autores naturalistas que buscavam o estudo da sociedade diante da evolução, não apenas para compreender as propriedades físicas dos seres humanos concebidos como espécies biológicas, mas também para explicar sua existência social e seus atributos psicológicos (HAWKINS, 1998, p.31).

contratos temporários, trabalho intermitente e/ou informal. Relações e contratos de trabalho sem qualquer estabilidade, segurança ou proteção:

[...] a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.” (ANTUNES, 2013, p.18)

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019), a prevalência dos contratos temporários de curta duração pode exacerbar a sensação de insegurança dos trabalhadores, aumentando a volatilidade de seus rendimentos e frustrando suas carreiras profissionais, com rebatimentos em sua saúde mental em função da insegurança que este cenário lhe impõe.

Os jovens têm sua subjetividade afetada ao serem submetidos às necessidades do capital e à subjetividade burguesa, que precisa entre outros valores caros à perenização desta forma de organização social. Esse processo se dá em diversos complexos sociais, como a família e a educação, que tem como função passar valores os quais, mais do que contribuir para suas estruturas objetivas e subjetivas, acabam por se constituir em valores-fetichados que instauram as individualidades e competitividades que são características da sociedade capitalista.

De acordo com Alves (2013)

Na sociedade burguesa, busca-se suprimir o sujeito humano no sentido de ser genérico, racional e consciente, capaz da “negação da negação”. Não interessa formar homens com capacidade crítica, mas apenas força de trabalho ou indivíduos reduzidos à sua mera particularidade. [...] Na medida em que a distorção entre objetivação/exteriorização e exteriorização da sua interioridade (ou “espaço interior” do indivíduo), que é o problema do estranhamento social, torna-se o *problema crucial da ordem burguesa*, o capital busca investir cada vez mais na manipulação do “espaço interior” dos indivíduos. É no campo da exteriorização da interioridade que opera a “captura” da subjetividade e da intersubjetividade do homem que trabalha. A manipulação social se dá principalmente por meio da produção recorrente de indivíduos reduzidos à mera particularidade, capazes de aceitarem os valores-fetichados, reiterando a ordem das coisas. (ALVES, 2013, p.42 e 43)

Toda essa condicionalidade presente em diversos âmbitos como o social, o econômico, e o cultural, todos gerados sob a égide do capitalismo financeiro, contribuem significativamente para a deterioração da saúde mental dos jovens. Alves (2013), traz um estudo realizado pela Dra. Jean m. Twenge, professora da *San Diego State University*, sobre a saúde mental de crianças e adolescentes

no capitalismo neoliberal os resultados da pesquisa apontaram um aumento da depressão e do abuso de entorpecentes, com uso de drogas lícitas e ilícitas, que segundo a professora, podem ocorrer como consequência da ansiedade.

Twenge (ALVES, 2013) ainda aponta que as pessoas declaram cada vez mais que não confiam umas nas outras e conclui que há a visão do mundo como um lugar ameaçador e que não tem o mesmo sentimento de comunidade que existia entre os jovens dos anos 1950.

Na verdade, os valores morais da nova ordem burguesa (valores-fetichismo) pesam, como um fardo, sobre homens e mulheres que trabalham, inclusive crianças e jovens estudantes que são virtuais trabalhadores assalariados à disposição (e em formação) para serem absorvidos pela máquina-capital. (ALVES, 2013, p.33)

Nesse contexto os sofrimentos físicos e mentais não acometem somente o próprio indivíduo, mas traz consequências também para o seu âmbito familiar e social.

A maioria dos equipamentos públicos focados na formação, em uma sociedade capitalista, é voltada para a formação de crianças e adolescentes não autônomos, já que estimulam à individualização e à competitividade. Contribuem para que percam o referencial coletivo, assim como imputam que tanto o sucesso, quanto o fracasso se tornem consequências de um processo individual.

Nas escolas e nas universidades, jovens e crianças tendem a ser socializados pelos valores da concorrência e do sucesso a qualquer preço, além de serem instigados a aceitar a lógica perversa do cumprimento de metas desumanas. Assim,

[...] o estresse e a depressão não estão apenas na fábrica ou nos escritórios, mas nas escolas e nos lares avassalados pela sociabilidade burguesa fragmentada. A produção do capital permeia o universo escolar, não apenas no sentido da grade curricular, mas também no aspecto da sua formação sociometabólica. Os jovens estudantes das escolas e universidades são, hoje, pequenos proletários totalmente à mercê de valores-fetichismo do capital, padecendo dos mesmos adoecimentos que atingem o mundo do trabalho. (ALVES 2013, p. 33)

Para que o capital financeiro se instaure e permaneça se perpetuando é necessário que haja a destruição de algo, e nesse sentido há a supressão da subjetividade do jovem perdendo a sua autonomia criativa e de reflexão crítica o que custa a liberdade, cultura, educação, saúde, e muitas vezes a vida, desse indivíduo.

Na medida em que os jovens serão os trabalhadores e os construtores do futuro, e diante desse panorama que desenha um presente caótico e coloca o amanhã em risco, propusemos uma investigação para verificar como estava a saúde mental dos jovens discentes do ensino superior público diante dos ataques neoliberais que tem sido vítima. O que também dificulta o acolhimento desta parcela da população, tendo em vista que as políticas de assistência estudantis também sofrem com a falta de orçamento.

### **CAPÍTULO 3. EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO NEOLIBERALISMO NO BRASIL**

A mundialização do capital desencadeou diversas transformações, principalmente nos países periféricos, como é o caso do Brasil, no que diz respeito ao seu processo de reestruturação produtiva. A crise estrutural do capitalismo enfrentada nos anos 70 e 80 colocou a necessidade de reestruturação do sistema capitalista para buscar retomar as taxas de lucro e o desenvolvimento econômico.

O neoliberalismo surge como saída, com ações em escala mundial pautadas em uma cartilha que impunha o encolhimento do Estado, o ataque à proteção ao trabalho e a reestruturação produtiva. No caso do Brasil, que vivia uma recente onda de reconhecimento de direitos, ancorada no processo de redemocratização, o neoliberalismo adentra necessitando de um trabalho ideológico para ser socialmente aceito.

Para realizar tamanha transformação na sociedade brasileira, foi preciso preparar um sólido terreno ideológico, sustentado pelo que Mota (1995) denominou de “cultura da crise”. Esta tem como premissa o que Bresser Pereira (1997, p. 3) afirma: “tornou-se cada vez mais claro que a causa básica da grande crise dos anos [19]80 é uma crise do Estado [...]”. Tal perspectiva aponta que a causa da crise é resultante de um mau gerenciamento do Estado – e não um processo decorrente da crise de acumulação capitalista. O Estado é definido como ineficiente, burocrático, sendo urgente reformá-lo, o que implica colocá-lo como mero financiador e gerenciador de políticas, desresponsabilizando-o de uma série de funções e “filtrando” a possibilidade de controle social por parte da sociedade civil. (PEREIRA, 2009 p. 270)

Esse discurso propala que crise atinge a todos os setores da economia, e que é necessária a intervenção privada como forma de garantir o crescimento econômico, o reestabelecimento financeiro e o desenvolvimento nacional.

Por conseguinte, de acordo com Guarany (2018), uma das estratégias de enfrentamento adotadas é o investimento em outras áreas até então pouco exploradas pelo capital, sendo a educação uma delas (GUARANY, 2014). Em verdade a necessidade deste movimento expansionista constante do capital já havia sido identificada no século XIX, de acordo com Guarany (2004), Marx disse que “[...] a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos [...] que até o momento ainda não se apoderou [...]” (MARX in GUARANY, 2004, p. 105).

Se antes ela se dava em função da contribuição que a educação franqueava para a divulgação das ideias das classes dominantes, bem

como contribuía para a manutenção e a reprodução do status quo das elites e do próprio capital, a supracitada crise alça a educação ao posto de mais uma área que passa a despertar interesse para investimentos, que se materializou através de um processo crescente empresariamento e mercantilização da área. (GUARANY; LOPES, 2018 p.7)

Associado a essa necessidade de expansão de áreas de investimento do capital, tivemos ainda um diagnóstico produzido pelo Banco Mundial que apontou que países periféricos enfrentavam uma das piores crises no ensino superior, e que somente a interferência de instituições privadas poderia salvar. Diante desse processo de mercantilização, financeirização e empresariamento do aparato público, se intensifica o modelo de gestão, no setor da educação, que tem por objetivo central atuar visando a lógica financeira ao contrário do que antes era consolidado. Dessa forma, a visão quantitativa rege ao mesmo tempo em que há certo apagamento da qualitativa, tendo em vista que não há primordialmente o foco na prestação de um plano educacional de qualidade, mas apenas a preocupação com a quantidade de certificados possíveis a serem emitidos.

A função social da educação, [...] passa a ser lócus de realização de lucro e valorização do capital. Esse processo começou pelos níveis fundamental e médio, e somente no início da década de 90 aportou na educação superior brasileira, já sob a égide neoliberal. (GUARANY, 2020, p. 49)

Posição que se consolida com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação, que em 1995 visa uma “[...] reforma emergencial do aparelho do Estado [...]” (Pereira, 2009, p. 271), com a elaboração do plano estratégico diante da transformação da administração pública brasileira burocrática em uma administração gerencial, no qual

O referido plano define a educação – e demais áreas sociais – como uma atividade não exclusiva do Estado e indica que a produção e execução dos serviços sociais devem ficar sob a responsabilidade das instituições privadas ou públicas não estatais. (PEREIRA, 2009, p. 271)

Mesmo que “A educação em seu sentido geral, não apenas escolar, possui compromissos inexoráveis com o sistema capitalista [...] a tarefa da escola tem sido a de legitimá-lo, difundi-lo e consolidá-lo”. (EVANGELISTA, 2014 p. 13), nesse momento neoliberal do capital, a educação assume um novo papel, o de negócio, pois passa a ser uma área de realização de lucro, especialmente nas instituições privadas. Nas públicas, além da adoção de formas de gestão



própria das esferas privadas, o chamado gerencialismo, tem ainda o empresariamento deste espaço.

Na esfera privada a realização do lucro se dá pela venda da certificação, isto é, a maioria dos alunos procura o ensino superior privado para obter certificados e esta esfera “vende” os mesmos através dos cursos que oferece, obtendo lucro neste processo e na exploração da mão de obra docente. Já na esfera pública, que não pode visar o lucro, a reprodução simples está sendo substituída pela reprodução ampliada do capital, na medida em que os espaços e a infraestrutura das IES públicas estão crescendo e se expandindo a partir do investimento do capital privado. [...] A educação, entre outros direitos conquistados por lutas históricas da população, passa então a ser tratada como serviço não exclusivo do Estado e executada por diversos atores sociais, transmutando-se em área potencialmente geradora de lucro, inclusive nos espaços públicos, através da parceria com a iniciativa privada, a qual complementa as verbas que antes vinham exclusivamente do Estado. (GUARANY, 2018 p. 96 e 97)

#### E Guarany (2018) acrescenta

Trabalhando com verbas públicas contingenciadas, percebe que pode aumentar a captação de recursos através de parcerias junto com empresas de capital privado, passando a oferecer serviços privados, utilizando-se dos espaços, infraestrutura e servidores públicos. Como exemplo, temos cursos de pós-graduação, assessorias e consultorias pagas por empresas, além da criação de mestrados profissionais, entre outros. (GUARANY, 2018 p.83)

Neste cenário, no qual o objetivo central é o apoio ao capital privado, temos ainda a incorporação de bandeiras históricas dos movimentos sociais, como o da democratização do acesso às universidades. Nas instituições privadas se fez pela ampliação do financiamento estudantil e pelo subsídio das mensalidades, o que aumentou de forma exponencial a presença da iniciativa privada no país. Pereira (2009) aponta que de acordo com o Censo da Educação Superior de 2007 havia cerca de 2.281 IES em que 89% eram de natureza privada sendo 86,7% das IES registradas como faculdades, 8% como universidades e 5,3% corresponde aos centros universitários (BRASIL, 2005). Além disso, no Censo da Educação Superior de 2004 as matrículas referentes ao setor privado correspondiam a 71,7%, e que comparadas com o Censo de 2007 há um crescimento de 5% tendo em vista que as matrículas do mesmo setor chegam a marca de 74,6% o que corresponde a 3,7 milhões.

[...]O maior número de faculdades (92,5%) e de centros universitários (96,7%) está vinculado ao setor privado, enquanto as universidades estão distribuídas em proporção aproximada entre o setor público e o privado, 52,5% e 47,5%, respectivamente” (BRASIL, 2009a).

#### Segundo Araújo *et al* (2019)

Políticas voltadas à garantia da permanência discente no ensino superior vêm sendo cada vez mais requisitadas e implementadas com

vistas a apoiar a expansão e a interiorização desse nível educacional no Brasil (ARAÚJO; ANDRIOLA; COELHO, 2018). Essa expansão tem se dado por meio de três programas e, dentre eles, dois possuem o foco na expansão a partir da iniciativa privada – Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) –, e outro tem o foco na expansão a partir das Instituições de Ensino Superior Públicas – o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). (ARAÚJO; *et al*, 2019 p. 723)

De acordo com o Portal do Ministério da Educação e Cultura- MEC, o Programa Faculdade para Todos (Prouni)<sup>45</sup> consiste no oferecimento de bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior fornecidas e pagas pelo Governo Federal, tanto integrais, quanto parciais.

Além disso, tivemos ainda o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>6</sup>, que concede o financiamento para ingressar em instituições de ensino privadas, fundo esse que também é subsidiado pelo Governo Federal, mas que o estudante paga ao se formar, com juros menores que os cobrados pelo mercado. Esses dois instrumentos foram meios expressivos de expansão da iniciativa privada no ensino superior.

O Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Ensinos e Pesquisas Anísio Teixeira em 2018 (INEP, 2019) demonstram o comparativo entre as IES públicas e privadas. De um total de 2.608, 88,4% (2.306) correspondem às instituições privadas, enquanto que 11,6% (302) restantes são as públicas compostas em sua totalidade por 43,7% de unidades estaduais (132 IES), 36,4% federais (110) e 19,9% municipais (60).

Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – 2019

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2019	2.608	108	90	11	283	143	1.933	40	n.a.

Nota: n.a. Não se aplica.



Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa – 2019

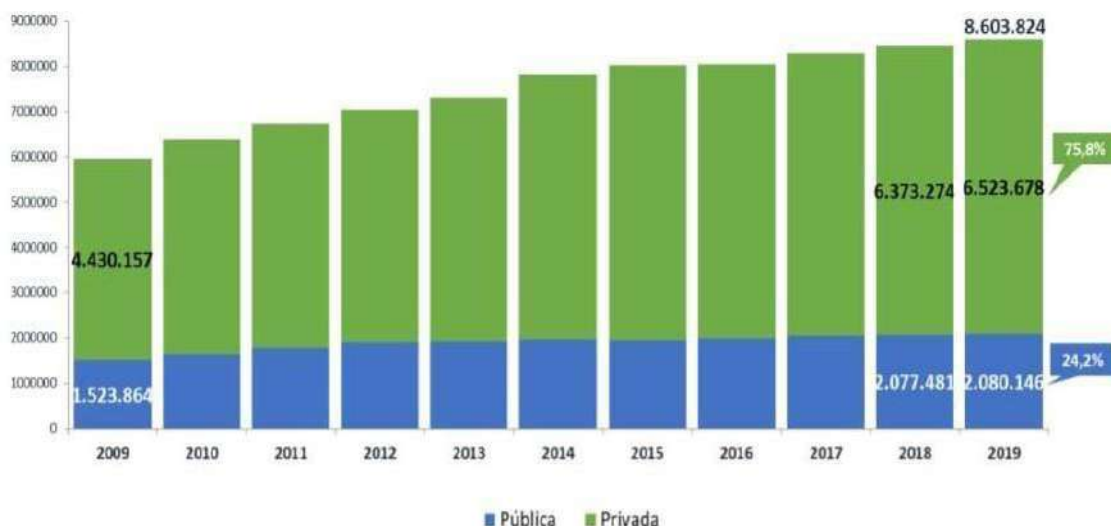
Fonte: INEP – Notas Estatísticas do Censa da Educação Superior 2019.

<sup>4</sup> A Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005 institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI.

<sup>6</sup> A Lei nº 13.530 de 07 de dezembro de 2017 é a responsável por instituir o Novo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

Do total de vagas em cursos de graduação no mesmo ano 94,9% correspondem as IES privadas enquanto apenas 5,1% foram ofertadas pela rede pública de um total de 16,4 milhões.

Outro dado que ratifica também o processo de expansão do setor privado diz respeito às matrículas nas IES, em que conforme abaixo:



Percentual de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 2009-2019

Fonte: INEP – Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior 2019.

Nesse sentido, de acordo com o INEP (2019), as IES privadas compoem 75,8% (6.523.678) do total de matrículas ofertadas na graduação, com participação das públicas em 24,2% (2.080.146) em que no período entre 2009 e 2019 o aumento do número de matrículas da rede privada é de 47,3% em relação aos 36,5% da rede pública.

Outra consequência do processo de “democratização” do acesso através do fortalecimento do setor privado foi a oferta de cursos à distância. Em verdade esta modalidade de ensino respondeu à demanda do capital em realização de lucro e do mercado por mão de obra, que provocou o aligeiramento da formação.

Assim, o Ensino à Distância (EAD), de acordo com o INEP (2019), entre 2009 e 2019 os ingressos aumentaram em 378,9%, já o incremento nos presenciais, no mesmo período foi de 17,8%.

Sobre o ensino a distância, Guarany (2018) aborda que “[...] longe de representar um avanço na democratização do ensino de qualidade no país [...]

novas formas de exploração econômica [...] na globalização [...]” (GUARANY, 2018 p. 82)

Pereira (2009) diz que

[...] é fundamental destacar que o discurso de democratização do ensino superior [...] é na realidade, um processo de certificação e não de formação qualificada de novos profissionais. Não se nega a necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior, o que no Brasil é uma demanda latente. Contudo, reitera-se que o acesso deve ser um direito social, isto é, não mercantilizado. A via escolhida pela política governamental, como o próprio INEP apresenta em seu Censo (BRASIL, 2009b), mantém o setor privado como central na oferta de vagas no nível superior de ensino, majoritariamente em IES não universitárias, passando ao largo da dimensão da pesquisa, em cursos mais lucrativos ao empresariado do ensino. (PEREIRA, 2009 p. 272)

acrescenta que do ponto de vista do aluno, até a possibilidade de organização política fica dificultada pois a EAD propicia “[...] a não proximidade deste aluno com [...] o movimento estudantil. (PEREIRA, 2009 p. 274)”

Na esfera pública se instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Essa política ampliou o quantitativo de cursos, turnos e de alunos por turma, contudo não expandiu na mesma proporção os recursos humanos e materiais, nem de infraestrutura, o que forjou um cenário marcado por precariedade generalizada.

A partir da adoção da lógica neoliberal e da entrada do capital privado na educação pública, mudanças estruturais ocorreram no interior e no cotidiano laboral das instituições.

Dentre as regras que passaram a valer [...] estava a de se perseguir uma maior produtividade, com o menor custo possível [...] invertendo a lógica da oferta de serviços do Estado para a sociedade, cujo objetivo deveria ser o atendimento às demandas sociais e não a constante preocupação com a planilha financeira. (GUARANY, 2020, p. 50)

Outras medidas foram tomadas no sentido de democratizar o acesso. Uma delas foi a mudança do sistema de ingresso nas universidades públicas, que passou a de dar através da adoção do Sistema de Seleção Unificada (SiSU)<sup>7</sup>, que permitiu que alunos de todas as regiões do país se candidatassem a vagas em qualquer universidade brasileira; e outra foi a promulgação da Lei de Cotas, Lei Federal nº 12.711/2012, que viabilizou a inserção de estudantes

<sup>7</sup> Plataforma utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

oriundos de escolas públicas, de menor poder aquisitivo, assim como também garantiu vagas para os que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

De acordo com a Andifes (2018) a Lei de Cotas e a assistência estudantil foram responsáveis pelo fato de hoje, grande parte das IFES atingisse uma representatividade demográfica bem próxima àquela do povo brasileiro, seja em gênero e cor/raça. Todavia, ao ingressar os alunos precisam de políticas de permanência, especialmente diante da mudança do perfil de aluno que as novas políticas de acesso promoveram. Em 2010 o MEC elabora o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estabelecido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, como meio de viabilizar a permanência dos estudantes, que possuem um perfil de vulnerabilidade. Devido ao reconhecimento da existência das desigualdades sociais e culturais que marcam os jovens que agora podem ingressar nas instituições públicas de ensino superior, o plano surge com o objetivo de proporcionar a minimização das desigualdades de oportunidades entre os estudantes de forma a contribuir para que o desempenho acadêmico não seja afetado diante das expressões da questão social em suas vidas.

#### Segundo Araújo *et al* (2019)

A principal finalidade do PNAES é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, a partir da democratização das condições de permanência; da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; da redução das taxas de evasão e retenção; e da contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). É um programa nacional que indica as diretrizes a serem adotadas internamente pelas Instituições de Ensino Superior Públicas, as quais organizam a assistência estudantil sob a forma de políticas compostas por programas e serviços, constituindo-se num conjunto de ações direcionadas a garantir a permanência e o sucesso acadêmico. (ARAÚJO *et al*, 2019 p. 723)

Nesse sentido, buscando a permanência desses sujeitos, e ainda como forma de contribuir com a diminuição de situações de repetência, evasão e abandono do curso, objetivo contido no Decreto que instituiu o REUNI, passam a ser ofertadas a assistência à moradia estudantil, a inclusão digital, o incentivo ao esporte, transportes, a alimentação, a saúde, a cultura, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A V Pesquisa Nacional De Perfil Socioeconômico e Cultural Dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018 realizada pela Andifes (2018) aponta para o crescimento da participação de estudantes pardos e pretos que em 2003 juntos representavam 34,2% passando a compor em 2018 51,2%, ao passo em que há uma diminuição dos brancos que, no mesmo período, antes eram 59,4% e passaram a ser 43,3% conforme abaixo.

Tabela 1-11: Graduandos (as) segundo Cor ou Raça – 2003 a 2018

Cor ou Raça	2003 <sup>1</sup>	2010 <sup>1</sup>	2014 <sup>1</sup>	2018
Amarela	21.122	20.079	21.977	25.643
Branca	278.811	353.871	429.149	520.008
Parda	132.834	210.498	354.688	470.227
Preta	27.693	57.218	92.240	143.599
Indígena	9.388	6.102	6.014	10.736
Outra	-	8.399	-	-
Sem declaração	-	-	35.536	30.087
<b>Total</b>	<b>469.848</b>	<b>656.167</b>	<b>939.604</b>	<b>1.200.300</b>

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

<sup>1</sup>FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Ainda de acordo com Andifes (2018) também há um crescimento na autodeclaração de pretos e pardos na população brasileira, mas que apesar disso o quantitativo de estudantes nas IES públicas tem elevado em maior quantidade quando comparado com o percentual populacional. No entanto, essa expansão não necessariamente corresponde a garantia da inclusão racial de fato já que os moldes adotados nesse processo podem ser conservadores do *status quo*, sendo excludentes, acrescentando ainda que

A partir de 2014, quando as cotas raciais nas federais já acumulavam quase 10 anos de existência e já surtia efeito a Lei nº 12.711 (Lei das Cotas) (BRASIL, 2012), em seu segundo ano de implantação, pretos e pardos somados ultrapassaram os brancos entre os graduandos. Em 2014 sua participação era somente 1,9 p.p. superior à de seus colegas brancos. Em 2018 essa diferença atingiu 7,9 p.p, marca bastante expressiva dado o histórico de exclusão desses grupos em espaços de prestígio social e poder, como as universidades públicas. (ANDIFES, 2018 p. 22)

A mudança no perfil dos estudantes das públicas gerou novas demandas. Segundo o relatório da ANDIFES (2018), em 2014 a participação do total de estudantes nas ações e programas e assistência estudantil consistiam em: 44,2% em alimentação, 22,5% em inclusão digital, 18,4% em transporte, 11,7%

em moradia, 11,4% em bolsa permanência institucional, 10,1% em cultura, 9% em atendimento médico, 5,5% em apoio pedagógico, 5,1% em atendimento psicológico, 4,6% em atendimento odontológico, 4,4% em bolsa permanência – MEC, 4% em esporte e lazer, e 1,1% em acessibilidade.

Todavia, De acordo com o relatório da ANDIFES (2018) houve diminuição no quantitativo destinado à permanência estudantil na qual se registra uma queda de 4,1% em 2017 e 3,1% em 2018. Em 2016 este cenário se agravou com a PEC 55/2016, aprovada no governo de Michael Temer, que estabeleceu entre outras coisas o congelamento das verbas para a educação durante 20 anos.

As universidades tem que lidar com o aumento do quantitativo de ingressantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por isso precisam se preparar internamente para atender toda a essa nova demanda estudantil, além de lidar diretamente com o congelamento dos recursos de investimentos na educação que são imprescindíveis para a garantia da ampliação do PNAES.

Contudo, o desinvestimento do Estado na educação, acarreta na ausência de estrutura adequada nas universidades para que possam se adequar as demandas dos estudantes, viabilizada por política de assistência estudantil que garanta o suporte necessário, que diante da alta demanda de acesso as salas se tornam auditórios com turmas grandes sem muita possibilidade de estabelecimento de uma relação direta entre aluno e professor, onde o discente é apenas mais um na turma. Assim, Guarany (2018) aponta que

Todos estes elementos, como o desmonte dos equipamentos sociais, o aumento do número de alunos em sala, entre outros, que integrarão a precarização da educação pública e do aumento da presença e da vivência do sofrimento psíquico causado ou agravado pela atividade laboral que os docentes passam a experimentar cotidianamente, primeiro tendo uma presença mais significativa nos níveis fundamental e médio e, posteriormente e mais recentemente, no nível superior. (Guarany, 2018 p. 89)

As IES públicas atualmente vivem os reflexos do projeto de sucateamento da educação pública, com o corte de verbas<sup>8</sup> e a carência de investimento público. Dessa forma, o corpo discente e suas demandas também sofrem rebatimento, especialmente aqueles de baixo poder aquisitivo e em maior vulnerabilidade econômica, os quais, em sua maioria, dependem diretamente

---

<sup>8</sup> Em 2021, a despeito de toda contribuição dada pelas instituições públicas na luta contra o coronavírus, o Governo Federal cortou no orçamento de 2022 em torno de R\$ 635.000.000,00 da área das ciências o que corresponde a uma redução em 92% do total da verba de R\$690.000.000,00. Sendo assim, restando apenas R\$55.000.000,00.

das políticas sociais públicas e estudantis como garantia e possibilidade de permanência na graduação.

Apesar da tentativa de democratização do acesso, a lógica do capital e sua sociabilidade atravessam as instituições públicas, promovem seu cariz individualista e acirram a competitividade, o que, em um cenário de crise e insegurança de trabalho, também podem contribuir para a piora do quadro de saúde mental dos discentes.

Os discentes já chegam ao ambiente universitário tendo sido expostos a uma sociedade excludente, desigual, racista e machista, que conta com uma sociabilidade e um sistema de ensino que impõe valores que aprofundam essas exclusões e alienações como processos naturais, contra as quais pouco se pode. Ao chegarem à universidade, que têm exigências e modos de operar diferentes dos níveis fundamental e médio, podem ter seus processos de sofrimento psíquico e adoecimento intensificados, isto é, a universidade não adocece os alunos, mas pode funcionar como potencializador desse processo.



## CAPÍTULO 4. A SAÚDE MENTAL DOS JOVENS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E O SERVIÇO SOCIAL

### 4.1 A PESQUISA E A METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada no período em que o mundo foi acometido pela Pandemia da Covid-19. Assim, apesar da intencionalidade de realizarmos um trabalho de campo, foi necessário que fosse repensada a sua metodologia tendo em vista os obstáculos das recomendações sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS) de distanciamento e isolamento social, que teve como consequência a suspensão das aulas e atividades laborais.

Diante disso, como forma de conseguir realizar a coleta de dados e atingir o público-alvo para a realização da pesquisa, optamos por utilizar a Plataforma Google Forms. O formulário foi auto declaratório, respondido de forma anônima, acompanhado pelo Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE).

Como forma de buscar o máximo de informações possíveis, o formulário virtual possuía perguntas fechadas e abertas. Foi elaborado e estruturado em três eixos: a) Perfil Socioeconômico dos discentes, b) Perfil Acadêmico, c) Perfil de Saúde Mental, no qual, tendo em vista que estávamos em Pandemia, inserimos perguntas acerca da vivência nesse contexto. As perguntas abertas foram disponibilizadas diante da percepção de que somente as fechadas não seriam suficientes para um aporte mais qualitativo em se tratando de saúde mental, pois acreditamos que o sofrimento psíquico e a saúde mental precisam mais do que um espaço de perguntas fechadas para serem expostas. As abertas possibilitam aos respondentes a oportunidade de se expressarem livremente.

O meio utilizado para a divulgação da pesquisa e captação de respondentes foram as mídias sociais, em grupos de universidades públicas no *Facebook*, em páginas do *Instagram*, além da do apoio e parceria da PR-7<sup>9</sup> que também nos auxiliou, encaminhando para os discentes da UFRJ através do

---

<sup>9</sup> Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da UFRJ compõe a estrutura da Universidade. É responsável pelas políticas estudantis, implementam o PNAES e foi resultado da luta dos movimentos estudantis que pressionaram à universidade a institucionalizar as demandas dos estudantes.

SIGA<sup>10</sup>. No total, tivemos 2963 acessos e 2940 respondentes. Foi uma pesquisa social quali/quanto, pois como aponta Minayo (2001), os caracteres quantitativo e qualitativo são interdependentes, inseparáveis: “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.” (MINAYO, 2001, p 21-22)

Tem como fundamento a teoria social crítica através do método materialista histórico-dialético, pois entendemos ser a única capaz de dar conta da complexidade que envolve o fenômeno da deterioração da saúde mental dos jovens. Como aponta Minayo (2001)

A abordagem da Dialética [...] Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos. Desta forma, considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou "objetos sociais" apresentam. (MINAYO, 2001, p. 24-25)

Assim, nos possibilita entender que não é apenas uma questão de fragilidade mental desses jovens, mas que há a confluência de determinantes sociais de saúde tais como questões sociais, econômicas, emocionais, conjunturais, acadêmicas que podem vir a contribuir para a deterioração da saúde mental desses jovens. Portanto essa análise só se configurará pela perspectiva de totalidade do macro contexto e não por uma percepção fragmentada da realidade imposta.

Nosso objetivo foi de investigar como estava a saúde mental dos discentes do ensino superior público brasileiro, realizando um estudo de casos acerca alunos da UFRJ de forma a poder contribuir com o aprimoramento das políticas de assistência estudantil e fortalecer as ações do movimento estudantil referentes à saúde mental dos discentes.

---

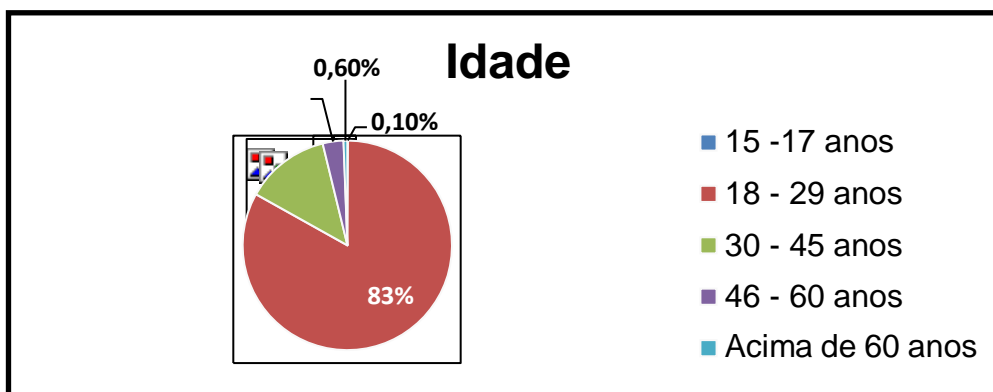
<sup>10</sup> Sistema Integrado de Gestão Acadêmica é a plataforma utilizada pela UFRJ para o acesso de alunos e funcionários.

## 4.2 A SAÚDE MENTAL DOS JOVENS DISCENTES DA UFRJ – ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa apesar de ter obtido 2963 respondentes, o número de jovens que responderam e estudam na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) corresponde a 2893<sup>11</sup>, universo sobre o qual iremos nos debruçar para qualificar e analisar.

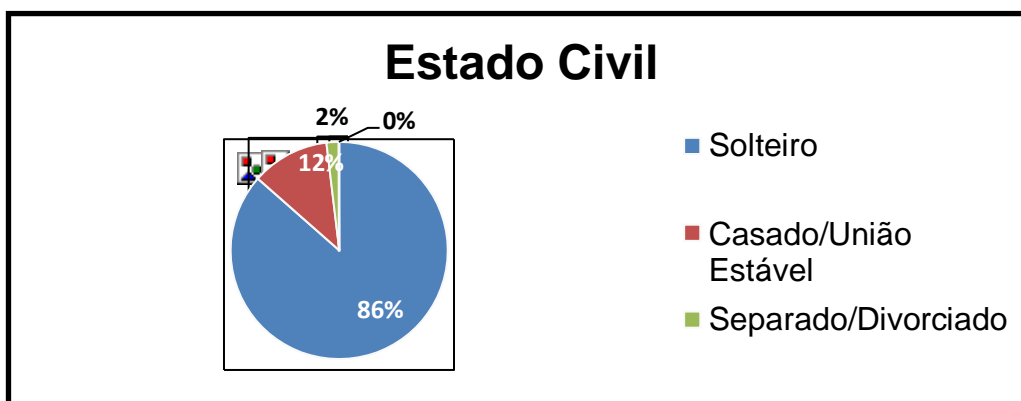
Iniciando pelo primeiro Eixo, que abordou o Perfil Socioeconômico, verificamos que conseguimos acessar os jovens, pois 82,9% dos respondentes estavam entre 18 a 29 anos, conforme atesta o gráfico 1, abaixo.

**Gráfico 1: Idade**

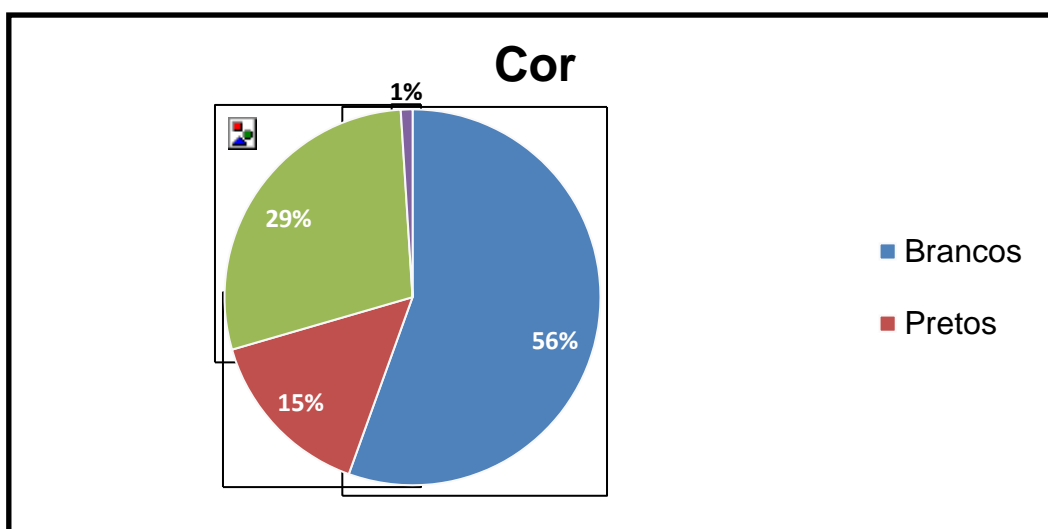


No que diz respeito ao estado civil, a porcentagem nos surpreendeu já que houve predomínio dos solteiros que representam 86,5%, seguidos pelos casados ou em união estável, com 11,6%, conforme gráfico 2, a seguir.

<sup>11</sup> Hoje a universidade conta com 53.500 alunos e os respondentes correspondem a 5,4% desse total.

**Gráfico 2: Estado Civil**

Apesar das instituições de ensino superior públicas, ainda se apresentam com caráter hierárquico elitista, as políticas de ações afirmativas propiciaram um significativo avanço no acesso, no entanto, como todo o complexo, eles são espaços de disputa. Ainda hoje existem muitas críticas ao sistema de políticas afirmativas, porém foram elas as responsáveis pelo aumento das chances de acesso de pessoas pretas e pardas e em situação de vulnerabilidade econômica e fez com que o perfil dos discentes se aproximasse àquele do brasileiro, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mesmo que a concentração dos que se autodeclaram brancos sendo em torno de 55,5%. No entanto, os pretos e pardos demonstram grande expressividade, já que juntos são 43,5% do total de respondentes, conforme o gráfico 3, abaixo.

**Gráfico 3: Cor**

54,26% dos respondentes afirmaram não ter ingressado por políticas de ações afirmativas, percentual similar aos que se autodeclararam branco. Se olharmos para os que declararam que usaram das políticas afirmativas, tivemos 45,74%. Número também similar aos que se autodeclararam negros, ou seja, podemos inferir disto que ainda hoje é importante a existência das políticas afirmativas e cotas para democratizar concretamente o acesso dos negros ao ensino superior público.

Esse processo de democratização do acesso tem propiciando o desenho de um novo perfil socioeconômico e étnico-racial dos alunos do ensino superior. Segundo a Andifes (2018) aumentou o quantitativo de pardos e negros, representando 39,2% sendo discentes pardos e 12% pretos, o que totaliza perto de 51%. Se comparados ao que mostram os dados apontados pelo IBGE/PNAD, 60,6% de pretos e pardos na população brasileira total, veremos que estamos próximos e representativos demograficamente, mostrando que estamos democratizando o acesso pelas políticas afirmativas.

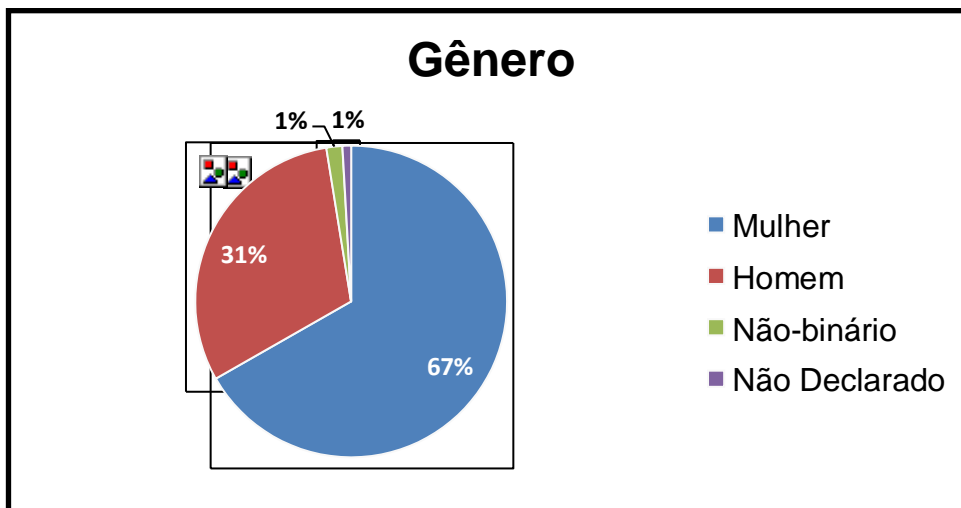
Todavia, a viabilização do seu ingresso não pode se dar isoladamente, mas é necessário que haja um suporte de políticas de assistência estudantil, capaz de orientar e dar condições para que esse perfil de aluno, diferente daquele ao qual a instituição está habituada, possa não apenas ingressar, mas permanecer e concluir seus estudos. As políticas devem compreender as novas demandas trazidas pelos discentes, especialmente a partir do SISU, que permitiu que alunos do Brasil todos, a partir de um processo seletivo, pudessem se inscrever em universidade pelo país. Isso aumenta as chances de acesso, mas também cria diversos cenários e até pode exponenciar as vulnerabilidades. De acordo com a Andifes (2018)

[...] termo vulnerabilidades para identificar situações de desigualdades, [...] Considera-se vulneráveis, os indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza [...] que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Apesar de no século XXI ainda haver muita desigualdade entre os gêneros na sociedade em geral, seja de diferença entre remuneração, ocupação de cargos em postos de alta hierarquia, seja pelos crescentes números de feminicídio que demonstram ainda vivermos sobre uma sociedade onde há

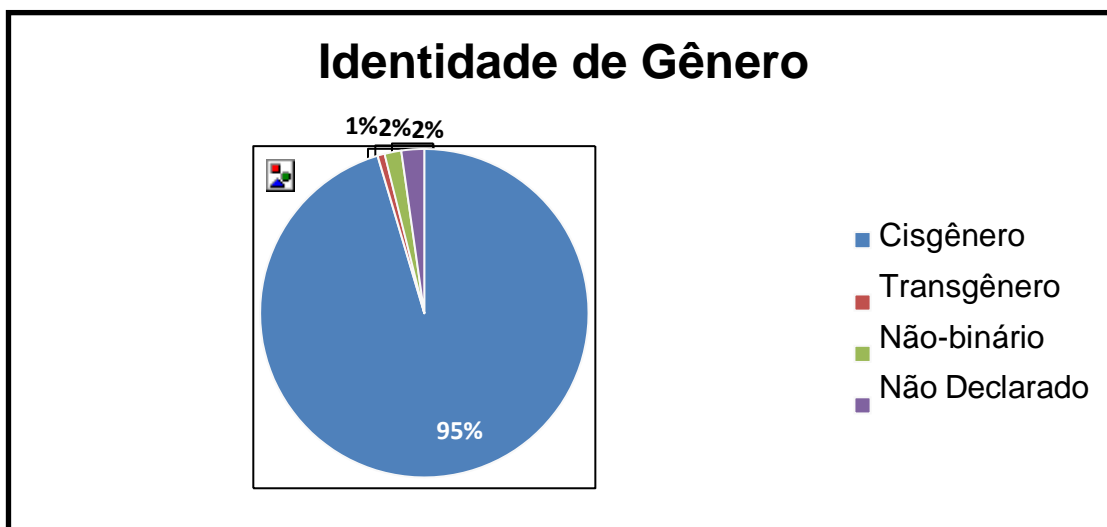
desequilíbrio de poder e que ainda se apoia em valores machistas, na UFRJ a predominância nos resultados apontou as mulheres, compondo 66,75% do total conforme o Gráfico 4, abaixo. Todavia, quando olhamos para sua presença como docentes efetivas, elas ainda são minoria na UFRJ (GUARANY, 2014).

**Gráfico 4:** Gênero



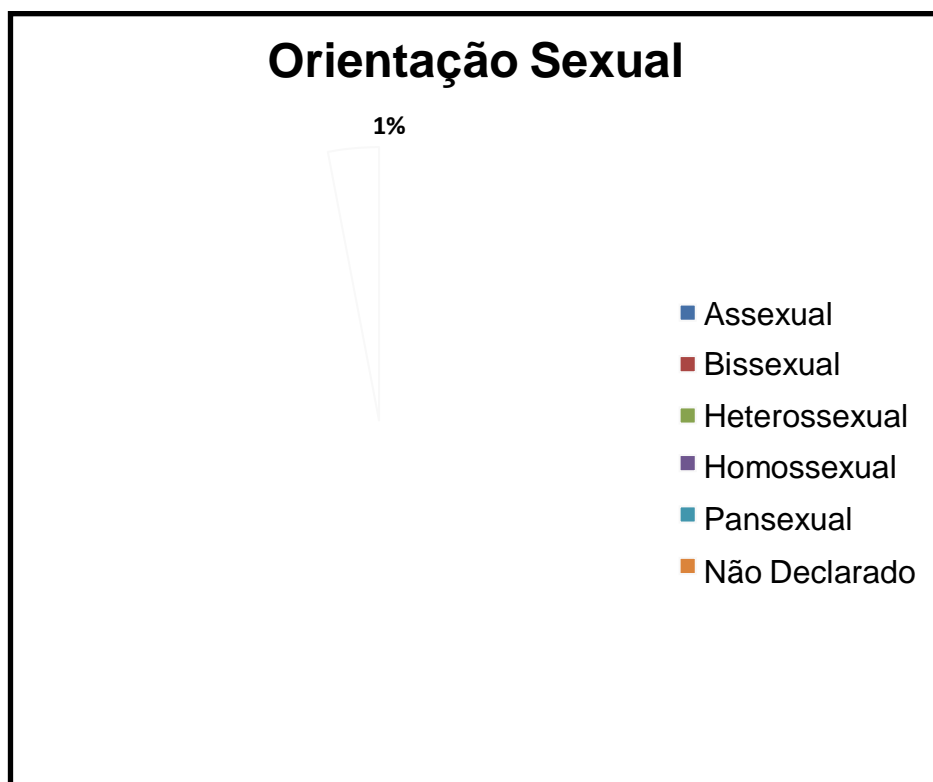
Nas respostas sobre a identidade de gênero, a predominância foi de cisgênero, com 95,4%, o que nos surpreendeu, pois na população brasileira, conforme estudo realizado pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (Unesp), cerca de 2% da população brasileira é transexual o que corresponde a 4 milhões de brasileiros.

**Gráfico 5:** Identidade de Gênero



Acerca da orientação sexual, conforme o gráfico 6 abaixo, a maioria dos respondentes se autodeclarou heterossexual, representando 60,6%, seguidos pelos bissexuais, com 21%. Homossexuais representaram 9%, o que acreditamos serem representativo, assim os assexuais e pansexuais juntos somam 6,4%. Mesmo sendo números menores, se somados, como sujeitos fora dos padrões heteronormativos, representam juntos uma população na ordem de 1.000, que deve ser acolhida, especialmente pelo fato de estarmos em um país extremamente preconceituoso. Somos o país que mais acessa conteúdo pornográfico de homossexuais e transexuais, mas também é o mais violento com essa parcela da população, conforme números do dossiê divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA, 2022) sendo registrado o triplo de assassinatos quando comparados ao terceiro colocado mundial no ano de 2021, em que a cada 10 assassinatos de pessoas trans no mundo, 4 ocorrem no Brasil.

**Gráfico 6:** Orientação Sexual



Poucos alunos são pais, pois dos respondentes, apenas 8,68% declararam ter filho, o que pode ser visto de forma positiva. Já que filhos exigem

atenção e no caso dos estudantes, poderia ser mais um elemento a contribuir para a deterioração da saúde mental dos alunos.

No Eixo do Perfil Socioeconômico, 69,5% (2010) correspondem aos que residem na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a localização dos campi, os trajetos de casa para a universidade, dão conta de que apenas 25,75% gastam até duas horas de deslocamento. 47,45% dos discentes gasta de duas a quatro horas, o que pode funcionar como elemento que contribui para piorar a qualidade de vida dos alunos, e conseqüentemente, a saúde mental.

A maioria dos respondentes gasta de 4 a 6 horas do seu dia no trânsito, o que equivale a cerca de  $\frac{1}{4}$  do dia do estudante, que muitas das vezes já chega exausto nas salas de aula e após um período de estudo repetem o trajeto desgastante para ainda ter que dar conta dos estudos em casa, com leituras e elaboração de trabalhos. Nesse caso, estamos refletindo como se os alunos não fossem trabalhadores, mas pode-se somar a esse contexto, àqueles que trabalham, seja para complementar sua renda e/ou de sua família. De acordo com o Andifes (2018) 49,9% dos alunos levam cerca de uma hora no trajeto de ida e volta ao campus, 25% gastam duas horas e os outros 25% gastam mais de duas horas. Esse é um elemento que pode vir a intensificar o adoecimento físico e mental desse jovem.

Como exemplo, uma pesquisa realizada pela empresa britânica Vitality Health em parceria com a Universidade de Cambridge, teve como resultado que os indivíduos que levavam mais de uma hora no deslocamento diário tinham pior saúde mental em que 46% dormiam menos do que o tempo necessário recomendado de sete horas, 33% apresentaram depressão e 12% maior probabilidade de estresse relacionado ao trabalho. Além disso, outra pesquisa, mas realizada pela Universidade de Brasília (UnB) com a Oxford Brookes University, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) aponta para o impacto negativo na qualidade de vida e bem estar com a piora da saúde física e mental ocasionado pelo tempo e deslocamento devido à precariedade da mobilidade urbana.

No tocante a moradia, a maioria disse morar em casa própria com 55,82% e 85,17% residem com a família. Do total, 73,21% residem com uma a três pessoas.



Quando olhamos a renda mensal per capita, vimos que os que 17,52%, vivem com menos de um salário mínimo; 47,07% com rendimentos de um a três salários mínimos e somente 18,7% com quatro a seis salários mínimos, daí a importância das políticas de assistência estudantil, especialmente de bolsas auxílio. Num contexto de mobilidade prejudicada, de famílias de baixa renda, as bolsas seriam de enorme ajuda, inclusive para barrar os indicadores de evasão.

20,54% afirmaram possuir emprego com carteira assinada, 29,62% realizam *freelances* ou bico, 20,96% são autônomos, corroborando os números do Andifes (2018) que trata que em 2018 do total de alunos 29,9% são mas que 40,6% não trabalham porém se encontram à procura de trabalho, ou seja estão desempregados, e 29,5% não trabalham (inativos).

Dos que vivem de auxílio estudantil e/ou bolsa acadêmica, somados representam quase 30%, o que mostra que uma parcela significativa pode ser considerada como alunos em vulnerabilidade. O que é reforçado quando olhamos para pergunta que trata do recebimento de algum benefício da política da assistência social. Nele, encontramos 6,47% recebem bolsa família, 3,4% BPC/Assistência Social, 60,6% o auxílio emergencial e 1,76% o benefício assistencial da prefeitura.

No eixo que trata do perfil acadêmico, os dados mostram a predominância de jovens que cursaram o ensino médio em escolas públicas, totalizando 57,87%. Fica evidenciado que há uma maior representatividade do ensino básico público no superior público, talvez resultado das políticas afirmativas, pois historicamente, em função da grande concorrência e pelo desequilíbrio na qualidade entre a educação básica pública e a privada, era predominante a presença de alunos de escolas privadas. O acesso pelas políticas de ações afirmativas parece estar rompendo esse ciclo.

No que se refere à representatividade de cursos de onde os respondentes são oriundos, tivemos 29,25% na área de Linguística, Letras e Artes; com 23,9%, a área das Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas com 7,32%; Ciências Sociais Aplicadas com 14,51%; nas Ciências Biológicas 9%, e nas Ciências da Saúde com 16,07%.

Algumas perguntas foram feitas com vistas a verificar em que medida a vivência acadêmica poderia interferir na saúde mental. Tivemos que 8% estão hoje em um curso que não corresponde àquele no qual ingressou. Alegaram que

entre as motivações estava a ausência de afinidade com o curso; a procura por uma melhor oportunidade no mercado de trabalho; o curso não atendeu às expectativas; a escolha inicial ocorreu por pressão familiar sem que fosse vontade desse aluno; a necessidade de um melhor retorno financeiro na carreira e o desestímulo com a graduação diante de constantes reprovações. Talvez se a universidade conseguisse ter um acompanhamento mais amigável<sup>12</sup>, evasões como essa poderiam ser evitadas.

Para além da mudança de curso, o trancamento de matrícula também é uma realidade entre os alunos, pois 12% declararam já ter trancado a matrícula. No levantamento dos dados, as motivações elencadas foram a saúde mental em 36,26%, questões familiares em 18,32%, questões financeiras em 16,17%, questões relacionadas ao trabalho em 15,55%, saúde física 10,1% abrangendo a gravidez e período de pós- parto, assédio moral em 2%, a falta de estrutura para o estudo online com 1% e assédio sexual em 0,6%. No entanto, sendo o motivador que mexeu com a saúde mental algo que ocorreu fora da universidade, como atesta os depoimentos abaixo:

- a) [...] sofri assédio moral no trabalho e perdi uma gestação em decorrência disto;
- b) [...] eu realizei uma tentativa de suicídio e que depois resultou na minha internação [...]
- c) [...] sofri violência contra a mulher pelo meu ex-namorado o que me fez afastar das atividades acadêmicas.

No geral, o eixo do Perfil de Saúde Mental incluindo a pandemia do coronavírus, os discentes avaliaram, a partir de sua própria concepção e parâmetro, sobre como estava sua saúde mental no ensino superior público no período que compreende antes da pandemia, enquanto “boa” e “ruim”.

Do total, 51% afirmaram ter saúde mental ruim antes da pandemia e 49% classificaram como boa, conforme Gráfico 7, abaixo. Conforme a OMS (2018),

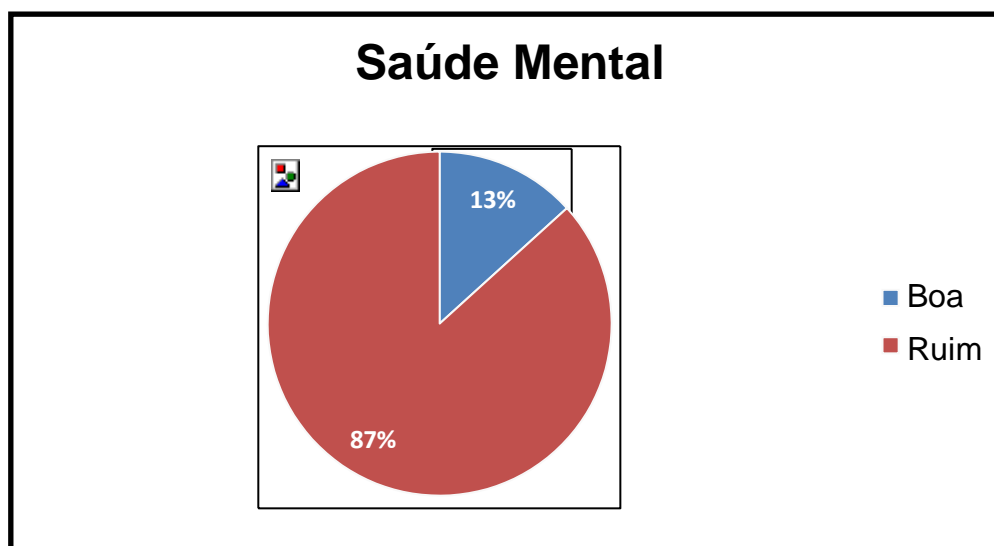
---

<sup>12</sup> A UFRJ tem como permanente a Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) que tem como objetivo orientar e acompanhar o aluno quando apresentado questões especiais, trazendo um planejamento que viabilize a superação das dificuldades acadêmicas diagnosticadas, emitir parecer sobre o desempenho do aluno quando solicitado, coordenar o processo de suspensão de cancelamento de matrícula por insuficiência de rendimento. Além disso, a Comissão de Professores Orientadores (CPO) que deve acompanhar os alunos, conforme a Resolução CEG 02/2016 DA UFRJ. Todavia os docentes também estão sobrecarregados, pois sofrem com a intensificação e a precarização do seu trabalho, levando-os a um crescente processo de adoecimento. Para saber mais ver GUARANY, 2014 e 2020.

25% dos jovens têm enfrentado problemas ligados à saúde mental. A Organização aponta ainda que o suicídio é a segunda maior causa de morte entre eles, o que demonstra o alto nível de sofrimento psíquico.

A saúde mental e sua deterioração não podem ser reduzidas à vulnerabilidade individual ou familiar, já que a subjetividade humana se constitui a partir das suas vivências com o mundo concreto. Nesse sentido elementos presentes no macro contexto como a situação socioeconômica, as relações na universidade entre colegas, professores e com a própria instituição, as perspectivas de futuro e seus anseios, podem ser fatores que precisam ser compreendidos em sua totalidade para percebermos sua participação e o quanto refletem na saúde mental dos jovens discentes do ensino superior público brasileiro.

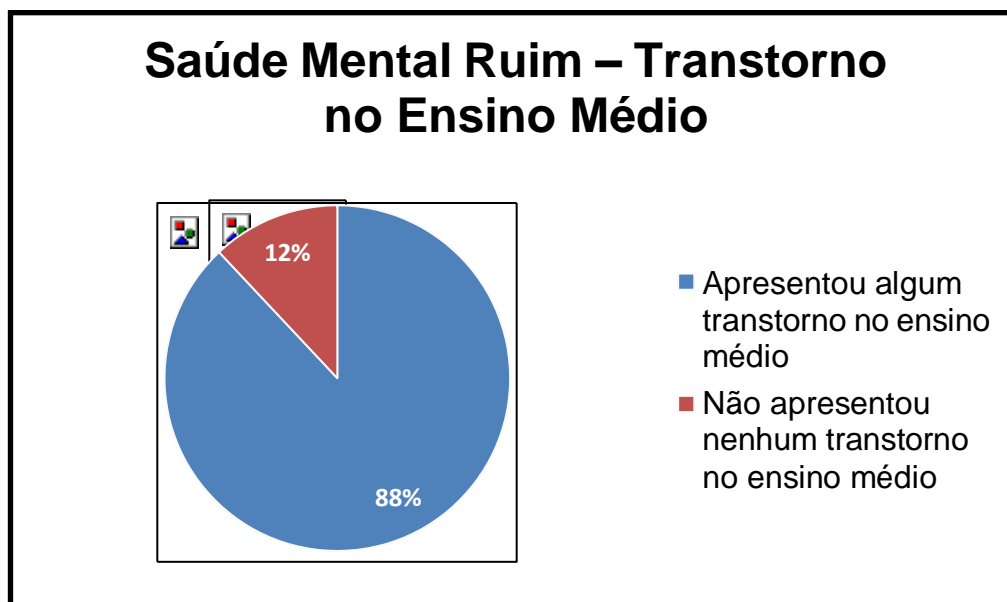
**Gráfico 7:** Saúde Mental



Em 2019 participamos de algumas ações de extensão junto a jovens do ensino médio público, quando nos deparamos com jovens tomando remédios psiquiátricos, calmantes, com pensamentos suicidas, em sofrimento psíquico. Dali resolvemos estudar a saúde mental, pois apesar de ouvirmos sempre que a universidade adocece seus alunos, verificamos que eles poderiam já chegar com sua saúde metal em processo de deterioração, pois a violência que o sistema do capital promove, atinge não só os trabalhadores, mas aqueles que estão sendo preparados para entrar no mercado.

Dos jovens que classificaram a saúde mental como ruim no ensino superior antes da pandemia, 88% já havia apresentado algum tipo de transtorno no ensino médio. Apenas 12% não relataram ter vivido algum transtorno no mesmo período conforme gráfico 8, abaixo.

**Gráfico 8:** Saúde Mental Ruim – Transtorno no Ensino Médio

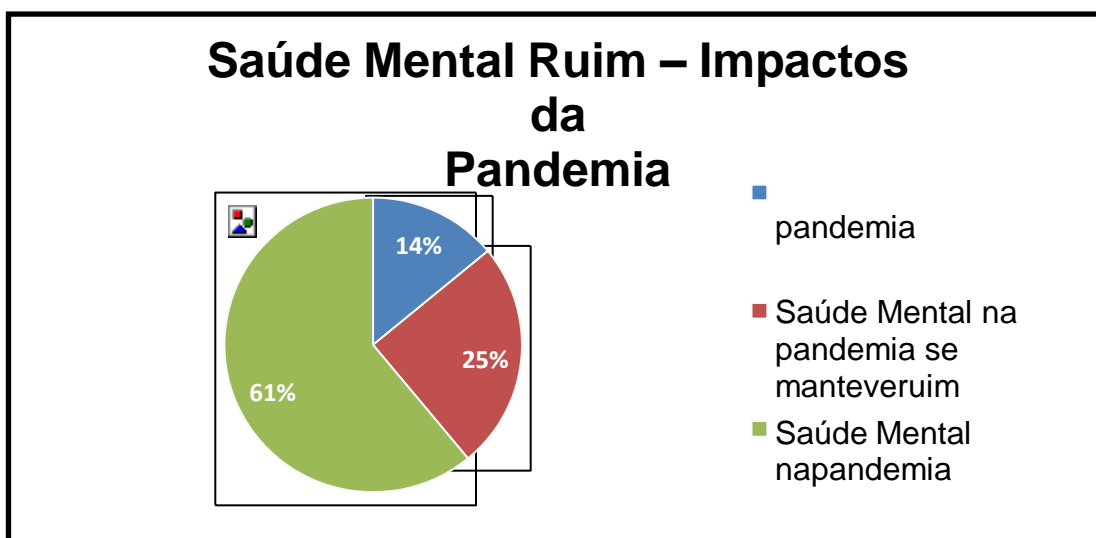


Esses jovens já chegam ao ensino superior em sofrimento psíquico e até com algum tipo de transtorno mental. A Universidade pode até iniciar ou vir a agravar o quadro e contribuir para o sofrimento dos estudantes, todavia, entendemos que é a sociabilidade burguesa a maior responsável.

Marx (2006) analisando o alto grau de suicídio ocorridos em Paris no século XIX, já apontava a fragilidade dos laços de solidariedade, e que a sociedade nascente promovia a solidão no meio da multidão. Esse quadro de sofrimento só vem piorando desde então (GUARANY, 2021).

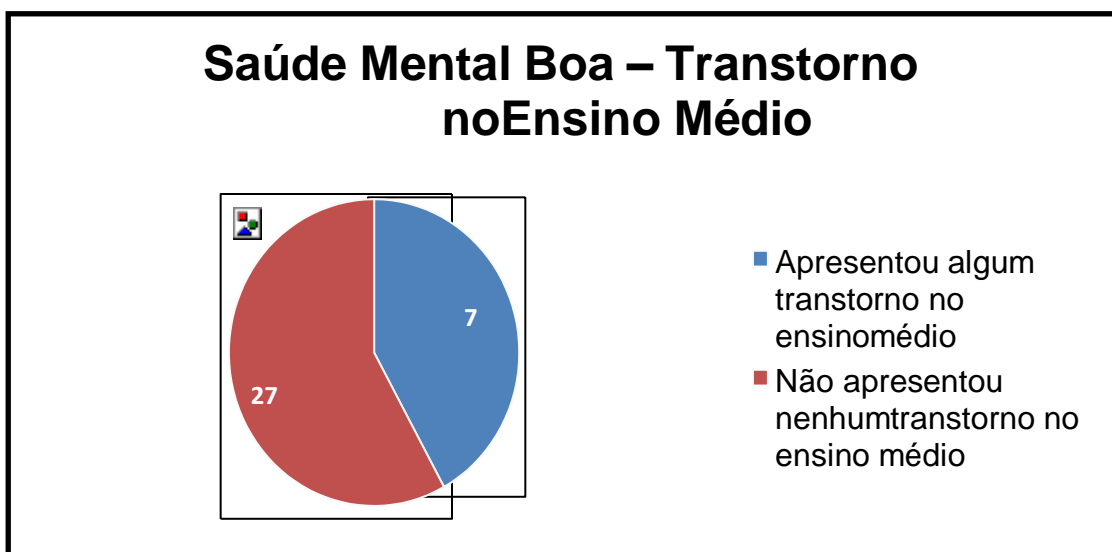
Dos 51% que classificaram a saúde mental no ensino superior público no período antes da pandemia como ruim 61% declararam que piorou enquanto 25% acreditam que se manteve e 14% acreditam que ela melhorou, conforme o gráfico 9 abaixo.

**Gráfico 9:** Saúde Mental Ruim – Impactos da Pandemia



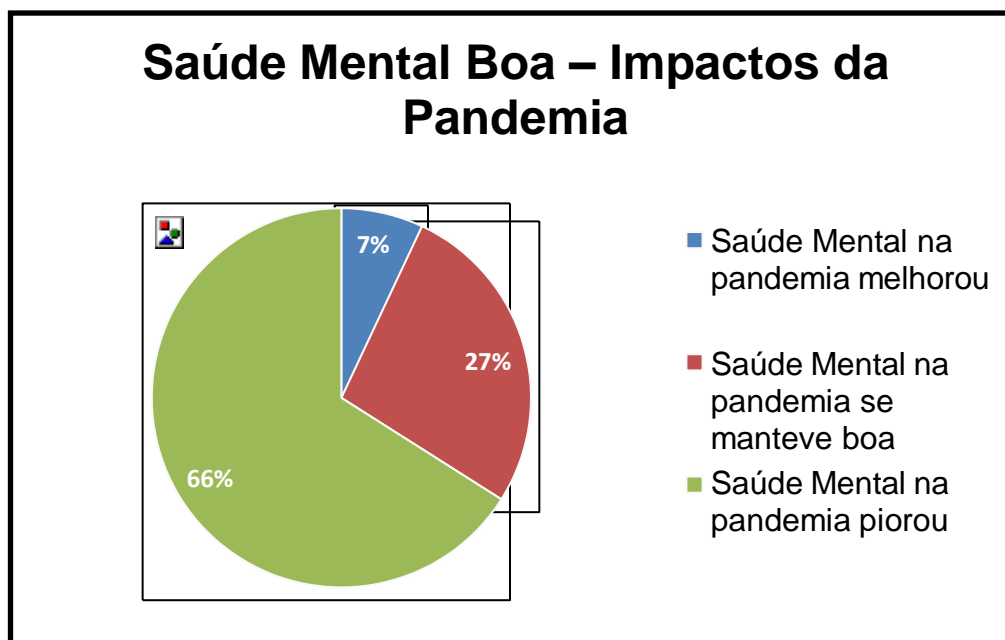
Dos que responderam ter saúde mental boa antes da pandemia, 58% apresentou algum transtorno no ensino médio, enquanto 42% não apresentou nenhum, conforme o gráfico 10 abaixo. Apesar de uma porcentagem próxima, ainda sim predomina o desencadeamento desse sofrimento anterior ao acesso à universidade. Por essa pesquisa, nos parece que esses jovens já chegam adoecidos. Mesmo que não seja responsabilidade da universidade, seria importante que ela tomasse conhecimento desse cenário, de forma a poder intervir para reverter essa realidade e até impactar as taxas de evasão, que devem ser atravessadas por esse fator.

**Gráfico 10:** Saúde Mental Boa – Transtorno no Ensino Médio



Relacionando com o período da pandemia, 66% declararam que piorou; 27% disseram que se manteve boa e 7% relatou a melhora no período da pandemia, conforme o gráfico 11 abaixo.

**Gráfico 11:** Saúde Mental Boa – Impactos da Pandemia



Os níveis de piora foram similares entre os que consideravam a saúde mental boa ou ruim, e a deterioração se deu em função de: 66% por medo do contágio, 50,6% porque temos políticas públicas ineficientes, 42,5% pelos serviços de saúde precários, 42,3% por diminuição da renda familiar, 32,4% morte de parentes ou de pessoas próximas e 23,6% perda de emprego, conforme o gráfico 12 abaixo. Ou seja, elementos relacionados à gestão política da pandemia, o desmonte do aparato público no atendimento às demandas sociais, o desemprego estrutural e até a morte na família afetaram a saúde mental dos discentes, mostrando realidades para além da fragilidade psíquica individual e até no contexto familiar.

Dentre os tipos de transtornos elencados pelos respondentes, tivemos 94,4% relatando ansiedade, e 58% com depressão, corroborando o Relatório da OMS (2018) que dá conta que o Brasil é o país mais ansioso do mundo e o quinto mais depressivo. Entre os respondentes ainda foi relatado insônia, por 56,1%, Síndrome do Pânico, por 21% e Transtorno Bipolar, por 7%.

A sociedade capitalista e sua sociabilidade, entendida aqui em seu sentido gramsciano (ABREU, 2002), ou seja, busca formar as pessoas para pensar, sentir e agir para manter a produção e reprodução do capital sem resistência, proporciona um cenário de desumanização, também pode contribuir

com o processo de deterioração da saúde mental, se associando a elementos do macro contexto, como a crise econômica, social com indicadores de pobreza, desemprego.

No tocante ao acolhimento da universidade acerca dessas demandas, 38,72% não levaram o problema para a instituição, 65,26%, procuraram, todavia não tiveram suporte da universidade. Entre os que relataram ter conseguido algum tipo de apoio, tivemos: 3,52% através de um professor, 2% por meio da coordenação do curso, 1,76% conseguiram pela assistência estudantil.

Contudo a Universidade conta com a Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA), como já apontamos, mas apenas 20% dos respondentes disseram conhecer a de sua unidade. O que nos aponta que entre outras ações, talvez coubesse a divulgação constante entre os alunos que existe essa comissão, que tem como objetivo, orientá-los.

Nas perguntas abertas acerca dos fatores que contribuíram com a piora da saúde mental, os discentes apontaram que a Universidade pode ter um papel importante nesse processo. Todavia, a piora desse quadro ocasionado pela Universidade tem ligação direta com a lógica neoliberal na educação superior pública brasileira, que impacta não somente a saúde mental dos alunos, mas os docentes com altos níveis de cobranças de produção. Como aponta Guarany (2012)

Ao mesmo tempo em que a correlação de forças na educação brasileira permitiu a universalização do acesso à escola e ao aumento médio da escolaridade, estes vem acompanhados da desqualificação da educação, na medida em que há neste cenário a precarização das condições nas quais a educação se dá, há a fragmentação do trabalho docente e uma desqualificação dos conteúdos ministrados. (GUARANY, 2012, p. 32).

De acordo com os discentes, a Universidade contribui para a piora da saúde mental conforme a seguir:

- a) A crise de ansiedade vem nos momentos mais tensos da graduação ou nas semanas mais estressantes. (Discente da Linguística, Letras e Artes)
- b) Cansaço, muitas horas no transporte e professores nem um pouco flexível, sistema de provas complexas para o ambiente de

- estudantes trabalhadores. (Discente das Ciências Sociais Aplicadas).
- c) Transtorno misto de ansiedade e depressão, consideravelmente, acentuados pelo ambiente acadêmico (Assédio moral, falta de políticas estudantis, descaso, etc). (Discente das Ciências Exatas e da Terra).
  - d) A maioria dos meus gatilhos era relacionada ao meu curso, ficava estressada e sobrecarregada a maior parte do tempo, mas era raro eu ter uma crise de ansiedade forte. (Discente das Ciências Biológicas).

A pandemia só piorou esse cenário já que além da intensificação das questões presentes no macro contexto, há o medo pelo contágio da COVID-19, o sentimento de medo pela possibilidade da perda de familiares e pessoas próximas e em ter que lidar com essa situação quando ocorre. Além disso, o isolamento agrava ao passo em que priva os indivíduos de circularem livremente pelos espaços públicos, podem apenas ficar em suas casas junto com aqueles que nela residem, assim não há um contato físico com os demais amigos, familiares, parceiros e etc. Aliado a isso, há a suspensão das atividades universitárias o que interrompe por um tempo os estudos desses discentes, e quando há um planejamento de retomada de forma virtual, estes enfrentam questões técnicas e financeiras, muitas vezes limitadas, para a garantia de um ensino remoto.

Os que elencam a pandemia e o estudo remoto, os alunos apontaram que:

- a) Professores enviando uma alta demanda de trabalhos e provas, nos deixando sobrecarregados e não se importando se tínhamos psicológico para isso ou não (Discente das Ciências Exatas e da Terra).
- b) Um pouco desesperançosa perante a vida acadêmica, sobre quando vamos nos formar, um pouco de ansiedade sobre quando isso tudo irá passar! (Discente da Linguística, Letras e Artes).
- c) Acho que não deveria ter faculdade nessa época de pandemia, ninguém tem emocional em relação a isso. Gente, aceita, nossa geração nunca viveu uma pandemia, ou seja, ninguém sabe lidar com isso. A gente foi praticamente JOGADO, sem nenhuma orientação de como lidar com tudo isso e agora os professores querem exigir o melhor dos alunos. Como assim??? É só parar para refletir nessa injustiça, minha preocupação é: eu vou repetir a matéria porque não sei lidar com uma pandemia ou porque sou burra mesmo? Entende? (desculpa pelo desabafo). (Discente das Ciências Sociais Aplicadas).
- d) Ensino remoto? Interno de medicina nem é gente, segue a vida como se não tivesse pandemia e nem direito a vacina tem".  
 "Tenho medo da perda e o sentimento de sensação de impotência com os fatos que estão sendo vivenciados".  
 "Aconteceram muitas coisas de uma vez, o que está me enlouquecendo e ainda não tenho um local para descarregar esses problemas, já que não se pode sair para distrair, o que agrava tudo".



“Não consegui estudar nada e foi horrível ter aula remotamente, tanto que esse período eu não puxei matéria. Sinceramente, estou pensando em trancar a faculdade e procurar um emprego porque a minha situação financeira está muito mal, além de precisar de tratamento e não ter apoio nenhum da faculdade ou hospital público, e eu preciso pagar psicólogo e medicamentos que custam o dinheiro que eu não tenho”.

“Como eu precisei me mudar para a casa da minha família, acredito que a minha saúde mental melhorou. Aqui eu tenho mais estrutura emocional e material do que tinha quando morava sozinha no Rio”.

“Muitas demandas familiares e domésticas, além da universidade. Um sentimento de cansaço e ao mesmo tempo de ineficiência.”

“Ficar em casa me fez fugir de coisas que me faziam muito mal durante a faculdade, tanto físico quanto psicologicamente. Não ter que ver certas pessoas, não me sentir excluída, isolada, uma pessoa chata e estranha. Me fez bem-estar longe, me ajudou a diminuir as tensões nas aulas, o demo de ser questionada, me sentir burra e etc”.

“Minha saúde mental está péssima pelo fato de atrasarem a minha formatura, não sinto que as aulas estão rendendo já que o meu rendimento não é o mesmo no remoto e isso me faz questionar a minha capacidade”. (Discente das Ciências da Saúde).

Diante desses relatos, os alunos se encontram em constante sofrimento que se intensificam no ensino superior público brasileiro com a presença das demandas acadêmicas conflitando com as financeiras em que há a necessidade de jovem trabalhar, exercer algum tipo de atividade para complementar a renda familiar. Além das questões domésticas, em que muitos casos precisam realizar o trabalho doméstico, ir a banco e mercado, as questões familiares que podem ser conflituosas com as pessoais, ter que cuidar da saúde física e mental, realizar atividades tidas como hobby para lazer e ter uma vida social. Somando-se a isso, se o universo acadêmico não buscar enxergar e compreender os determinantes sociais que atravessam a vida desses jovens, não há como propor ações que visem.

Podemos perceber que até a Universidade tem e teve dificuldade de acolhimento e ações efetivas para intervir junto à questão da saúde mental de seus alunos. Talvez por que tenha uma abordagem que se restringe aos aspectos fenomênicos e por isso não ataca ou aborda a partir de um processo pedagógico de reflexão e fortalecimento dos alunos para enfrentar coletivamente esse cenário.

### 4.3 CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL A ESSE QUADRO

O serviço social, regulamentado pela lei nº 8.662/93, tem como objeto as expressões da questão social produzidas pela sociedade moderna capitalista. Sua prática profissional é orientada pela liberdade, como valor central, presentes também no Código de Ética Profissional/1993, os quais dão materialidade ao Projeto Ético Político Profissional, ancorados todos no entendimento da historicidade das transformações societárias, bem como com o compromisso de contribuir com a construção de uma nova ordem social, menos desigual, injusta e preconceituosa.

O assistente social visa trabalhar na garantia do acesso aos direitos sociais da população. Se pensarmos os jovens discentes com usuários, poderíamos pensar uma intervenção junto às políticas de assistência estudantil, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234 de 2010.

O PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, com enfoque na democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, redução das taxas de retenção e evasão e contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Associada à Lei 12.711 de 2012, que instituiu as cotas de raça/etnia e questão socioeconômica nas instituições federais de ensino superior para alunos de escolas públicas. Ao mesmo tempo em que contribuíram para que houvesse significativa mudança no perfil, abriu espaço para que houvesse demandas diversas do que se tinha, requerendo ação de profissionais, dentre eles o assistente social, que pode se colocar na coordenação, elaboração, execução, e até supervisão e avaliação de estudos, pesquisas e projetos de Serviço Social voltado para os alunos, conforme a Lei 8.662/93.

A constante asfixia orçamentária que se agravou, principalmente a partir da PEC 55/2016 do Teto dos Gastos, que diminuiu os gastos da educação e saúde no Brasil ao congelar por 20 anos os investimentos nestas áreas. Medidas essas, coerentes com a lógica neoliberal, culminou no corte de pesquisas, de

bolsas estudantis e da assistência estudantil, impedindo a manutenção de muitos alunos no ambiente acadêmico.

Assim, esse cenário tão deletério para os direitos sociais, em verdade reafirma a necessidade do trabalho do serviço social, o qual deve contribuir para a defesa e importância da assistência estudantil, através de diversas ações, lançando mão do perfil criativo (IAMAMOTO, 2014), que podem, através de atendimentos ou técnicas de intervenção coletiva, mostrar para os discentes que eles são agentes transformadores da realidade, autores e construtores da sua própria história. No momento em que há a compreensão do papel de protagonismo das ações, eles podem se perceber como sujeitos de direitos, deveres e possibilidades e, nesse sentido a assistente social deve compreender esse usuário em sua totalidade sem tenha um olhar fragmentado, mas o compreendendo enquanto ser social complexo para além da sua subjetividade.

Os atendimentos podem ser realizados de forma individual e/ou grupal, mas que prevaleça inicialmente a acolhida da queixa com uma escuta qualificada, que vise explicitação e a viabilização do acesso aos direitos sociais. O diálogo deve propor interação entre os sujeitos por meio da discussão e reflexão acerca da realidade, que eles possam perceber seu sofrimento implicado em um cenário mais ampliado, que se compreendam enquanto autores, autônomos e centrais, protagonistas da sua história. Essas ações socioeducativas teriam como objetivo buscar o fortalecimento dos laços, o convívio entre as pessoas, o acolhimento poderia ser proporcionado por encontros de lazer, conversas e oficinas. Nas semanas pedagógicas, realizar palestras sobre a COAA e divulgar qual o objetivo da comissão, quais são as atividades realizadas para maior adesão dos discentes.

Além disso, essa discussão não deve se limitar à sala de aula, engajando não apenas os estudantes, mas a comunidade acadêmica como um todo, assim como poderia implicar uma equipe interdisciplinar. Poderia contar ainda com a elaboração de cartilhas, ampliação da divulgação acerca do apoio pedagógico assistencial estudantil, elaboração de meios e canais de atendimentos e a divulgação de serviços psicológicos, psiquiátricos, atividades físicas ofertadas pela universidade. Outra contribuição seria a atuação do assistente social na formulação, gestão e operacionalização das políticas assistenciais estudantis nas universidades públicas brasileiras.

## CONCLUSÃO

Dessa forma, os dados trazidos pela OMS em seus diversos relatórios e documentos, expostos no decorrer do trabalho, e os dados analisados pela presente pesquisa, reforçam e enfatizam que, de fato, a saúde mental desses jovens discentes está deteriorada e que já chega assim à Universidade, o que nos leva a inferir que a questão de saúde mental e adoecimento psíquico não são de responsabilidade somente da Universidade, mas que são fruto de elementos que estão postos na sociedade capitalista e na sociabilidade burguesa, conformando um cenário complexo nos quais comparecem elementos para além daqueles da dimensão individual e familiar, como fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A sociabilidade burguesa forma os indivíduos para a sua manutenção, visando à própria produção e reprodução de acordo com os seus moldes. Assim, diante da necessidade de perenização do trabalho explorado no capitalismo está posta a demanda por formação de um perfil de trabalhador que responda a essas necessidades. Formação essa que se faz presente também na vida dos jovens e crianças, já que estes serão futuros trabalhadores.

A individualização acirrada pela competitividade é mais uma investida contra a organização dos trabalhadores, o que acarreta uma maior submissão desses trabalhadores dos futuros, os jovens. Os períodos de crise cada vez mais constantes e pioradas com a pandemia, intensifica mais ainda essa competitividade, que se intensifica a partir do desemprego estrutural. Dessa forma, esse jovem vive, em muitos casos, a falta de expectativa de um futuro melhor, vive a desesperança no seu ciclo de formação.

Com a consolidação do ultra neoliberalismo, o aprofundamento da reestruturação produtiva, o encolhimento do Estado no atendimento às demandas sociais e a piora no ataque ao trabalho, demarcam um contexto marcado pelo desemprego estrutural e pelo desmonte dos direitos sociais, contribuindo sobremaneira para que os jovens tenham pouca perspectiva de futuro, se sentindo incapaz de reagir de construir um novo panorama.

Todavia, somos sempre sujeitos de nossa história, mesmo que não seja aquela que gostaríamos de escrever. Mesmo não sendo responsável pela deterioração da saúde mental de seus alunos, a Universidade contribui, pois não

consegue ter ações efetivas de acolhimento dos mesmos, especialmente quando estão com necessidade e/ou em sofrimento.

O serviço social poderia contribuir na defesa por uma assistência estudantil que apoie esses jovens enquanto estão se formando, que garanta sua permanência na universidade pública, que promova diálogo com a comunidade acadêmica de forma a refletir sobre o projeto de educação que estamos auxiliando a dar forma.

Enfim, poderia colaborar com a promoção de espaços de acolhimento, escuta e reflexão, sem que haja a sua fragmentação, entendendo a complexidade do macro contexto no qual esses jovens estão inseridos.

## Referência Bibliográfica

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. In: Cadernos ABESS, São Paulo: Cortez, n. 7, 1997.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Fetichismo e sociabilidade burguesa – Trabalho, Valores – Fetiche e Estranhamento Social**. In Sociabilidade Burguesa e Serviço Social. SILVA, José Fernando et al. RJ: Ed. Lumen Juris, 2013.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural Dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>> Acessado em: 15 de outubro de 2021.

ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Sandy, et al. **Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro**. São Paulo, v. 24, n. 03, p. 722-743, nov, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/CW7CvT8tqBYZs5wWp8V7WFs/?format=pdf>> Acessado em 14 de março de 2020.

BRASIL. **Projeto de Emenda Constitucional 55**. Estipula o congelamento dos gastos da saúde e educação por 20 anos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior 2004: Resumo técnico**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.530 de 07 de dezembro de 2017**. A é a responsável por instituir o Novo Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010. Regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. 2010.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 10 de outubro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. 2007.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 10 de outubro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior 2007: resumo técnico.** Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior 2007.** Brasília, 2009a .

\_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior 2007: resultados das principais variáveis.** Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/pnaes#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Assist%C3%Aancia,de%20ensino%20superior%20\(Ifes\).&text=As%20a%C3%A7%C3%B5es%20s%C3%A3o%20executadas%20pela,avaliar%20o%20desenvolvimento%20do%20programa](http://portal.mec.gov.br/pnaes#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Assist%C3%Aancia,de%20ensino%20superior%20(Ifes).&text=As%20a%C3%A7%C3%B5es%20s%C3%A3o%20executadas%20pela,avaliar%20o%20desenvolvimento%20do%20programa) Acessado em 27 de abril de 2021.

\_\_\_\_\_. **Prouni.** Brasília, 2021. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/> Acessado em 20 de janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. **FIES.** Brasília, 2021. Disponível em: <http://portalfies.mec.gov.br/> Acessado em 20 de janeiro de 2022.

DARWIN, Charles. ***On the origin of species by means of natural selection or the preservation of favored races in the struggle for life.*** 6 ed. Nova York: Appleton, 1875.

DONRENWEND, B. S. ***Some effects of open and closed questions on respondents' answers. Human Organization.*** v. 24, p. 175-184, 1965.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia.** São Paulo: Edipro, 2014.

ELOI, Pedro. Transtornos mentais provocados pelo neoliberalismo- Franco Berardi. **Blog do Pedro Eloi**, 2017. Disponível em <http://www.blogdopedroeloi.com.br/2017/03/transtornos-mentais-provocados-pelo.html?m=1> Acessado em 20 de janeiro de 2021.

EVANGELISTA, Olinda. **O que revelam os slogans na política educacional**.3. ed. São Paulo: Junqueira & Marín, 2014.

FILGUEIRAS, L. **Neoliberalismo e crise na América Latina: o caso do Brasil**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

GUARANY, Alzira M. B. Trabalho docente carreira doente: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes. **Revista Educação por Escrito**, PUCRS, v.3, n.1, jul, 2012.

\_\_\_\_\_. **Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Estudo de caso**. 2014. 239 páginas. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. Nova morfologia do trabalho, crise do sindicalismo e emancipação humana na contemporaneidade. **SER Social**, Brasília, v.18, n. 38, p. 220-241, jan.-jun., 2016.

\_\_\_\_\_. Professor não adoce, morre! Os impactos das mudanças na educação superior pública sobre a saúde e a vida dos docentes. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, ano 4, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **A Saúde Mental do futuro trabalhador - Um estudo de casos sobre jovens discentes do ensino superior público**. II Seminário Internacional Debates Contemporâneos sobre la Cuestión Social. Eje 2. Economía, Trabajo y Sociedad Líneas temáticas: Derecho al Trabajo digno, precarización y desarrollo humano. Colômbia: Universidad Externado de Colombia, 2020.

GUARANY, Alzira. LOPES, Andreza. **Trabalho e Saúde Trabalho docente, trabalho indecente: as mudanças ocorridas na educação superior pública e os impactos na vida dos professores – Um estudo de casos sobre mortes de docentes em exercício**. In: 16º Encontro Nacional da ABET 3 a 6/9/2018, UFBA, Salvador, 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1994.

HAWKINS, M. **Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945): Nature as a Model and Nature as a Threat**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HOLANDA, Francisco. **Do Liberalismo ao Neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.  
IAMAMOTO, Marilda. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.



IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Desemprego. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acesso em: 20/11/2021.

INEP. **Notas Estatísticas Censo da Educação Superior 2019**. Brasil, 2019. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf)> INEP 2019> Acessado em 10 de janeiro de 2020.

LUKÁCS, Georg. **Ontología del ser social**: el trabajo. Traducción de Antonino Infranca e Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social v. II**. São Paulo: Boitempo, 2013.  
MACIEL, Camila. Transgêneros e não-binários são 2% dos brasileiros, revela estudo. São Paulo: **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-11/transgeneros-e-nao-binarios-sao-2-dos-brasileiros-revela-pesquisa>> Acessado em 03 de março de 2022.

MALAJOVICH, Nuria, et al. **A juventude universitária na contemporaneidade: a construção de um serviço de atenção em saúde mental para estudantes**. Menta, Barbacena, v.11, n. 21, Jul-Dez, 2017.

MARX, Karl. ENGELS, F. **O Capital**. Livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed, São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Hucitec, Abrasco, 1994.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Para Um Futuro Mais Brilhante – Comissão Global Sobre O Futuro Do Trabalho**. Genebra: Escritório Internacional do Trabalho, 2019.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Plano de ação sobre saúde mental 2013-2020**. Genebra, 2013.

\_\_\_\_\_. **Um em cada cinco adolescentes enfrenta problemas de saúde mental**. Genebra, 2018. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/oms-1-em-cada5-adolescentes-enfrenta-problemas-de-saude-mental/>>. Acessado em 22/12/2019.

\_\_\_\_\_. **Depression and other common mental disorders: global health estimates.** Genebra, 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório mundial da saúde mental: nova concepção, nova esperança.** Lisboa, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual Director :2019.** Genebra, 2019. Disponível em: <<https://www.paho.org/annual-report-of-the-director-2019/pt/>> Acessado em 10 de janeiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Guidance on community mental health services: promoting person-centred and rights-based approaches.** Genebra, 2021.

\_\_\_\_\_. **Prevenção do suicídio: um imperativo global.** Genebra, 2014.

Disponível em <[https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/131056/9789241564878\\_eng.pdf;jsessionid=051968C8B7DF1D8CDF80196FC99E20AB?sequence=8](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/131056/9789241564878_eng.pdf;jsessionid=051968C8B7DF1D8CDF80196FC99E20AB?sequence=8)> Acessado em 02 de fevereiro de 2020.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional.** São Paulo: Xamã, 2008.

RAMALHO, Ludimila Eleonora Gomes. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wpcontent/uploads/2014/02/dissertacao-2011-ludmila-eleonora-gomes-ramalho.pdf>> Acessado em: 6 de fevereiro de 2020.

RANIERI, Nina. **Educação Superior, Direito e Estado: Na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96).** São Paulo: Edusp, 2000.

ROCHA, Ludmylla. Subsídios concedidos pelo governo federal em 2018 somam R\$ 314,2 bilhões. **Jornal Poder 360**, 2018. Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/subsidios-concedidos-pelo-governo-federal-em2018-somam-r-3142-bilhoes/>. Acessado em 23;03/2020.

SAUDELLI, L. Heráclito Latino: um caso de estudo. **Anais de Filosofia Clássica**, v.5, n. 9, p.51, 2011.

SENETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2021.

UFRJ. **Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR7).** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

<<https://politicasestudantis.ufrj.br/index.php/apresentacaocoordenacao>>  
Acessado em 20 de fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Fatos e números**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:  
<<https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/fatos-e-numeros/>> Acessado  
em 05 de março de 2022.

VEIGA, Edison. Depressão é o sofrimento compatível com o neoliberalismo.  
**Made of minds**, 2021. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3piGw>> Acessado em  
22 de fevereiro de 2021.

Young, M. *The Rise of the Meritocracy*. 5 ed. Baltimor: Penguin Books, 1967.



